

CÂMARA DOS DEPUTADOS**TVR****N.º 932, DE 2014****(Do Poder Executivo)****MSC 424/2014****AV 581/2014**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1253, de 02 de dezembro de 2010, que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural Dona Beja para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Paracatu, Estado de Minas Gerais.

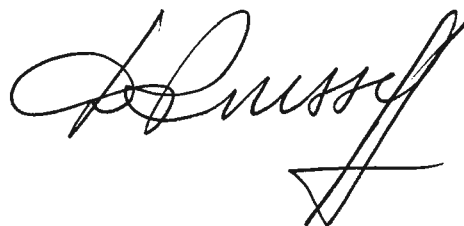
(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

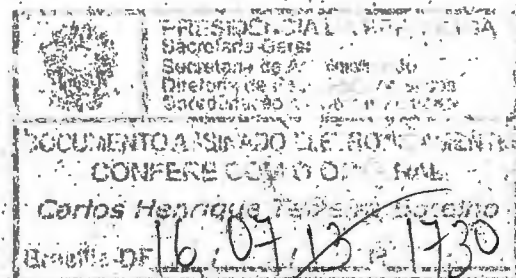
Mensagem nº 424

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhada de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 1.253, de 2 de dezembro de 2010, que outorga permissão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DONA BEJA, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Paracatu, Estado de Minas Gerais.

Brasília, 15 de dezembro de 2014.

A handwritten signature in black ink, likely belonging to the President of the Republic, is positioned below the date. The signature is stylized and cursive, with a prominent 'F' at the end.



EM nº 00063/2013 MC

Brasília, 16 de Julho de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.071953/2006, de interesse da FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DONA BEJA, objeto de permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Paracatu, Estado de Minas Gerais.
2. De acordo com o art. 13. § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.
3. Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.
4. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

Serviço Público Federal	
Ministério das Comunicações	
Publicado no D.O.U. em	
08 / 12 / 2010	
Seção 1	Página 54
Rubrica <i>[assinatura]</i>	

PORTARIA N.º 1253, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2010.

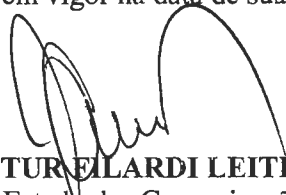
O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 13, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.071953/2006, e do PARECER/MC/CONJUR/JSN/Nº 0323 - 1.07 / 2007, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DONA BEJA para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Paracatu, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE
Ministro de Estado das Comunicações

Presidencia Comando en Jefe	República Boliviana
17 JUL 2013	
Hora	16:10
Fase	1000

PRIMEIRA SECRETARIA
RECEBIDO nesta Secretaria
Em 14/12/2014 às 14:30 horas
[Assinatura] 4366
[Assinatura] Pont

Aviso nº 581 - C. Civil.

TVR 9.12.2014
Em 15 de dezembro de 2014.

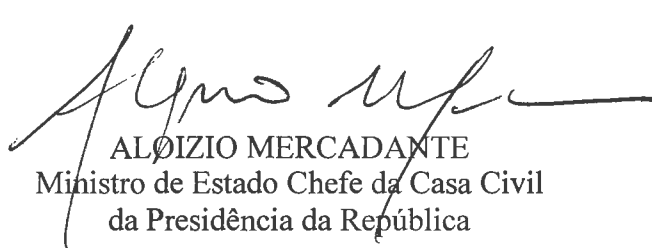
A Sua Excelência o Senhor
Deputado MÁRCIO BITTAR
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

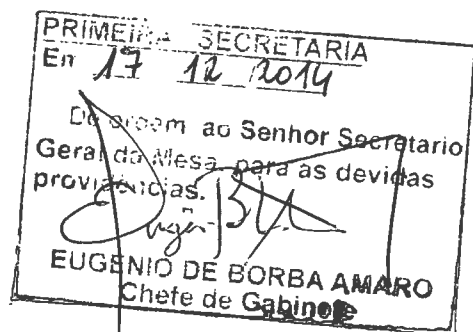
Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem da Excelentíssima Senhora Presidenta da República na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.253, de 2 de dezembro de 2010, que outorga permissão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DONA BEJA, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Paracatu, Estado de Minas Gerais.

Atenciosamente,


ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



Secretaria-Geral da Mesa SFPO 17/Dez/2014 16:07
Ponto: 4353
Ass.: [Assinatura]
Origem: 1956.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Cópia 1
NOTA
1727/13

INTERESSADO:

ASSUNTO:

OUTROS DADOS:

Proc: 53000.071953/2006
Interessado: FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DONA BEJA
Assunto: OUTORGA RADIO
Cidade: PARACATU-MG

TVR
932/2014

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 08 / 12 / 2010

MOVIMENTAÇÕES

S _{EQ.}	SIGLA	CÓDIGO	DATA	S _{EQ.}	SIGLA	CÓDIGO	DATA
01	Sudoc		02/12/10	15			/ /
02			/ /	16			/ /
03			/ /	17			/ /
04			/ /	18			/ /
05			/ /	19			/ /
06			/ /	20			/ /
07			/ /	21			/ /
08			/ /	22			/ /
09			/ /	23			/ /
10			/ /	24			/ /
11			/ /	25			/ /
12			/ /	26			/ /
13			/ /	27			/ /
14			/ /	28			/ /

AS MOVIMENTAÇÕES DEVERÃO SER COMUNICADAS AO PROTOCOLO

ANEXOS:



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGIME LEGAL DE OUTORGAS**

Despacho nº: 68 /2006

Brasília(DF), 25 de agosto de 2006

Referência.: Nº 53000.071953/2006

Assunto: OUTORGA DE RADIO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE C/CIA O ORIGINAL
Em, 08 / 12 / 2006

Tendo em vista a documentação anexa, tratando do assunto em tela, relativamente à FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DONA BEJA, opino no sentido de que seja providenciada a abertura do competente processo administrativo.

Brasília, 25 agosto de 2006

MARIA SALETE BORGES DE ALMEIDA LEONARDO
Chefe de Serviço

VANEA RABELO
Coordenadora da Radiodifusão da Região Sudeste e Distrito Federal

De acordo. Proceda-se a abertura de processo conforme proposto.

Em 25 / 8 / 06

CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE
Diretor do Departamento de Outorga de Serviço

FUNDAÇÃO DONA BEJA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

REQUERIMENTO

Em, 08 / 12 / 2010

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

Exmº Senhor Ministro das Comunicações,

53000 071953/2006-12

A 83/80

21/08/2006-15:52

A Fundação Educativa e Cultural Dona Beja, com endereço para correspondência na Rua "O" nº 172 no bairro Vila Mariana, na cidade de Paracatu no Estado de Minas Gerais, CEP 38.600.000, Por seu representante legal, Vem solicitar a V.Exa.outorga para executar serviços de radiodifusão em Rádio FM Educativa, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Paracatu estado de Minas Gerais, no canal/frequência 247 C previsto no Plano Básico de Distribuição de Canais do referido serviço.

Nestes Termos, pede deferimento

Paracatu, 26 de julho de 2006

Atenciosamente

Wilton Mendes Santana

CPF 477.761.966-49

Presidente da Fundação Dona Beja.

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
Praça Firmiana Santana, n.º 227, Centro - fone: 38-3671-4597
Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s):
WILTON MENDES SANTANA *****
Paracatu, 24/07/2006 13:38:54 26136
da verdade
MACHADO - TAB. SUBSTITUTO

Poder Judiciário
do Estado de Minas Gerais
Corregedoria Geral de Justiça

Selo de Fiscalização

RECONHECIMENTO DE FIRMA

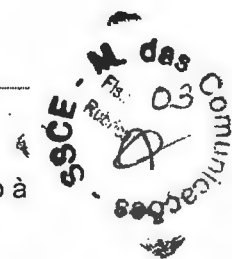
AFJ 05649


Paracatu-MG

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à SRF a sua atualização cadastral.



		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 07.876.126/0001-73	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 13/03/2006
NOME EMPRESARIAL FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DONA BEJA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) FUNDAÇÃO DONA BEJA			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 9-5-00 - Outras atividades associativas, não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - OUTRAS FORMAS DE ASSOCIAÇÃO			
LOGRADOURO RUA O	NÚMERO 172	COMPLEMENTO NT	
CEP 38.600-000	BAIRRO/DISTRITO VILA MARIANA	MUNICÍPIO PARACATU	UF MG
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 13/03/2006	
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 568, de 8 de setembro de 2005.

Emitido no dia 13/03/2006 às 15:22:45 (data e hora de Brasília).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 08 / 12 / 2010

Voltar

Preparar página para impressão

A SRF agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

Em, 08 / 12 / 2010

[Assinatura]

083
09
0
0

Ata de fundação, e aprovação de Estatuto e posse da primeira Diretoria da Fundação Educativa e Cultural Dona Beja – Paracatu. Aos doze dias do mês de Novembro de 2005, reuniram as pessoas que assinam no final desta, com finalidade de criar a Fundação Educativa e Cultural Dona Beja. Para presidir e secretariar os trabalhos foram indicados os Srs. Wilton Mendes Santana e Lafaiete Pereira Leitão, respectivamente. O Estatuto foi lido pelo secretário, aceito pelo presidente foi posto em votação e foi aprovado por unanimidade. Prosseguindo os trabalhos o Sr. Wilton Mendes Santana colocou em votação a primeira chapa de composição da Diretoria, formada em consenso pelos presentes, sendo: Presidente da Fundação Wilton Mendes Santana, Diretor Vice Presidente Murilo Santana Pereira, Diretor Administrativo e Financeiro Vinícius Santana Pereira. foi sugerido e aprovado que os membros do Conselho Curador serão os mesmos membros do Conselho Diretor, conforme deliberado nesta reunião, cujo mandato é de 4(quatro) anos, a partir desta data. Em seguida foram escolhidos os membros do Conselho Fiscal que foi assim definidos: Lafaiete Pereira Leitão, Suely Maria Santana Pereira e Sara Franciele Gonçalves Santana. Ficou também definido como membro suplente desse Conselho o Sr Wilton Mendes Santana. Foram todos eleitos e empossados no ato por aclamação unânime. O mandato da presente administração irá até a próxima assembléia geral a ser marcada pelo Presidente nos próximos quatro anos. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente declarou encerrada a reunião, e eu secretário lavrei a presente ata que será assinada por mim, e por todos os presentes.

Paracatu, 12 de Novembro de 2005.

Secretário Lafaiete Pereira Leitão

Lafaiete P. Leitão

Presidente da Fundação Wilton Mendes Santana

Wilton M. Santana

Vice-Presidente Murilo Santana Pereira

Murilo Santana Pereira

Diretor Adm. e Financeiro Vinícius Santana Pereira

Vinícius Santana Pereira

Conselho Fiscal Lafaiete Pereira Leitão

Lafaiete P. Leitão

Conselho Fiscal Suely Maria Santana Pereira

Suely M. Santana Pereira

Conselho Fiscal Sara Franciele G Santana

Sara Franciele G. Santana

Suplente Conselho Fiscal Wilton Mendes Santana

Wilton M. Santana

CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
PRAÇA GOV. MAGALHÃES PINTO, 333 - SALA 104
PARACATU/MG - TELEFAX: 0XX-38-3671-2410

DECLARAÇÃO DE REGISTRO

Registrado no Livro A08
sob o No. 0000003553

13 de março de 2006 as 10:22:30 horas
Emol. 28,04 Tx.Fisc. 9,36 Tx.ReComp. 1,68
Total 39,08

Sara M. Souza
WILMA MELO FRANCO DIAS



Selo de Fiscalização



AE 60823

CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
CGC: 20.205.381/0001-52

Oficial: WILMA MELO FRANCO DIAS
Escritor Substº.: IVAN MELO FRANCO DIAS

Pça. Gov. Magalhães Pinto - 333 - Sala 104
Paracatu - MG - CEP: 35.000-000

Paracatu - MG - (38) 3671-4597

ESTE DOCUMENTO CONFERE COM O SEU ORIGINAL

DOU FÉ 24 JUL 2006

☐ ADAILTON SILVA - TABELIAO
☒ HONÓRIO SILVA MACHADO - SUBSTITUTO
☐ LUCIANA PIMENTEL BARBOSA - SUBSTITUTA



FUNDAÇÃO DONA BEJA

FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DONA BEJA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

ESTATUTO

Em, 08, 12, 2010

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, REGIME JURÍDICO, DURAÇÃO, SEDE E FORO

Art. 1º. A Fundação Educativa e Cultural Dona Beja, pessoa jurídica de direito privado, é uma entidade civil, com prazo de duração indeterminado, sem fins lucrativos, com autonomias administrativas, financeiras e patrimoniais, e reger-se-á pelo presente estatuto, por seu regimento interno e pela legislação aplicável.

Art. 2º. A Fundação tem sede e foro na cidade de Paracatu, Minas Gerais, e poderá constituir unidades e representações em outras unidades da federação, com atuação em qualquer parte do território nacional, por decisão deliberada de seus órgãos dirigentes.

Parágrafo único. As representações a que se refere este artigo são órgãos não dotados de autonomia, e seus integrantes serão nomeados pelo órgão deliberativo da Fundação, ao qual deverá prestar contas da gestão e dos poderes que lhes forem conferidos.

CAPÍTULO II DAS FINALIDADES

Art. 3º. A Fundação Dona Beja, constituída para explorar em todo território nacional, e aplicará seus recursos integralmente no país, tem por finalidades:

I – coordenar a organização e orientar o funcionamento das representações estaduais;

II – promover, apoiar, incentivar e patrocinar eventos e ações nos campos da Assistência Social, Educação e Cultura, Trabalho e Produção, Saúde e Nutrição, Habitação, Desportos, Comunicações e Ecologia, voltados para o benefício da comunidade em geral;

III - executar atividades de interesse comunitário, especialmente nas áreas de saneamento, habitação, lazer, saúde, educação e cultura.

IV - executar o serviço de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens.



CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
PARACATU - MG (38) 3671-4597
ESTE DOCUMENTO CONFERE COM O SEU ORIGINAL
Paracatu-MG
DOU FÉ 13 MAR. 2006
☐ ADAILTON SILVA - TABELIÃO
☐ HONÓRIO SILVA MACHADO - SUBSTITUTO
☐ LUCIANA PIMENTEL BARBOSA - SUBSTITUTA



Nélcio Costa Dutra Jr.
PROMOTOR DE JUSTIÇA

FUNDAÇÃO DONA BEJA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
C.M.O. ORIGINAL

Em, 08 / 12 / 2010

CAPÍTULO III DAS ATIVIDADES DA FUNDAÇÃO

Art. 4º. Para a consecução de suas finalidades, a Fundação poderá:

I – celebrar convênios, acordos ou outros instrumentos jurídicos com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou internacionais, cujos objetivos sejam compatíveis com as finalidades da fundação;

II – desenvolver programas de assistência à gestante, criança, ao adolescente e ao idoso, pertencentes às famílias carentes;

III – executar atividades de interesse comunitário, especialmente nas áreas de saúde, educação, cultura e lazer;

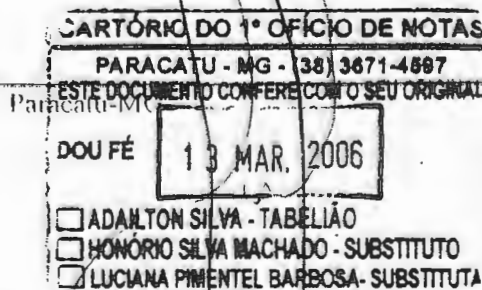
IV – promover e apoiar, gratuitamente ou mediante remuneração, cursos, congressos, simpósios, seminários, exposições, concursos, estudos e pesquisas, em especial na área de ensino ambiental e de preservação dos rios e suas nascentes;

V – desenvolver outras ações que contribuam para a consecução das suas finalidades.

CAPÍTULO IV DO PATRIMÔNIO E DA RECEITA

Art. 5º. O patrimônio da Fundação é constituído pela dotação inicial integralizada por seus instituidores e por bens e valores que a este patrimônio venham a ser adicionados por dotações feitas por entidades públicas, pessoas jurídicas de direito privado ou pessoas físicas, com o fim específico de incorporação ao patrimônio.

Art. 6º. Os bens e direitos da Fundação somente poderão ser utilizados para realizar os objetivos estatutários, sendo permitida, porém, a alienação, a cessão ou a substituição de qualquer bem ou direito para a consecução dos mesmos objetivos.



Nélio Costa Dutra Jr.
PROMOTOR DE JUSTIÇA

FUNDAÇÃO DONA BEJA

Parágrafo único. A alienação ou permuta de bens, para aquisição de outros mais rendosos ou mais adequados, serão realizadas pelo Curador, com prévia aprovação do Ministério Público.

Art. 7º. A receita da Fundação será constituída:

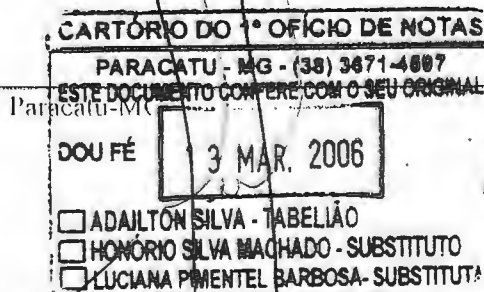
- I – de contribuição, subvenções e auxílios de pessoas físicas ou jurídicas;
- II – pelas rendas provenientes dos títulos, ações ou ativos financeiros de sua propriedade ou operações de crédito;
- III – pelas rendas auferidas de seus bens patrimoniais, as receitas de qualquer natureza ou do resultado das atividades de outros serviços que prestar;
- IV – pelas doações e quaisquer outras formas de benefícios que lhe forem destinadas;
- V – pelas subvenções, dotações, contribuições e outros auxílios estipulados em favor da fundação pela União, pelos Estados ou pelos Municípios, bem como por pessoas físicas, instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- VI – pelas rendas próprias de imóveis que vier a possuir;
- VII – por outras rendas eventuais.
- VIII – As doações e legados com encargos somente serão aceitos após a manifestações do Conselho Deliberativo e autorização do Curador de Fundações.
- IX – A contratação de empréstimos financeiros seja em bancos, seja através de particulares ou até 50% sobre o orçamento anual da fundação, bem como, a gravação de ônus sobre imóveis, dependerá de prévia aprovação do Ministério Público.

Art. 8º. Os recursos financeiros da Fundação serão empregados exclusivamente na manutenção e desenvolvimento de atividades que lhe são próprias e, quando possível, no acréscimo de seu patrimônio.

CAPÍTULO V DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 9º. São órgãos da administração da Fundação:

- I – Conselho Curador;



Nélio Costa Dutra Jr.
PROMOTOR DE JUSTIÇA

FUNDAÇÃO DONA BEATRIZ

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

II – Conselho Diretor;

Em, 08 / 12 / 2010

III – Conselho Fiscal.

Art. 10º. O exercício das funções de integrante da Diretoria, do Conselho Curador e do Conselho Fiscal não serão remunerados a qualquer título.

Parágrafo único. Os integrantes do Conselho Curador, Conselho Diretor e do Conselho Fiscal não respondem subsidiariamente pelas obrigações da Fundação, exercidas com observância do estatuto e da lei.

Art. 11º. Respeitado o disposto neste estatuto, a Fundação terá sua estrutura organizacional e os funcionamentos fixados em regimento internos, que estabelecerá as atividades e atribuições administrativas e técnicas, de modo a atender plenamente às finalidades da instituição.

CAPÍTULO VI DO CONSELHO CURADOR

Art. 12º. O Conselho Curador, órgão superior de deliberação coletiva, é composto por 3(três) membros, com mandato de 4(quatro) anos, eleitos pelos membros fundadores da entidade, sendo permitida a reeleição por no máximo 4 vezes.

§1º - Os membros do Conselho Curador elegem, entre si, o Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário, os quais exercem as funções próprias da respectiva designação e outras eventualmente atribuídas pelo colegiado.

§2º- O Conselho reunir-se-á, em sessão ordinária anualmente e, extraordinariamente, a qualquer tempo, mediante convocação por escrito do seu Presidente ou extraordinariamente, quando convocado pela mesma autoridade ou por 2/3 (dois terços) dos Curadores, no mínimo.

§3º. Em caso de vacância de integrantes do Conselho Curador, será convocada reunião extraordinária com a finalidade de escolher novo integrante para ocupar o cargo, exceto se essa vacância ocorrer no último semestre do mandato e se com a ausência desse conselheiro não der causa à impossibilidade de se atingir o quorum para as reuniões ordinárias do órgão.

§4º. No mínimo 30 (trinta) dias antes de expirar os mandatos dos integrantes do Conselho Curador serão designados os novos integrantes.

§5º. O Conselho Curador somente deliberará com a presença de, pelo menos, 2/3 de seus integrantes, e suas decisões, ressalvadas os casos expressos em lei,

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS

Paracatu - MG - (38) 3871-4887
ESTE DOCUMENTO CONFERE COM O SEU ORIGINAL

DOU FÉ

13 MAR 2006

Nélio Costa Dutra Jr.
PROMOTOR DE JUSTIÇA

☐ ADALTON SILVA - TABELIÃO
☐ HONÓRIO SILVA MACHADO - SUBSTITUTO
☐ LUCIANA PIMENTEL BARBOSA - SUBSTITUTA



FUNDAÇÃO DONA BEJA



neste Estatuto ou no Regimento Interno, serão tomadas pela maioria simples de votos dos integrantes presentes e registradas em atas, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

§6º. O presidente do Conselho Curador dará posse aos integrantes da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal da Fundação.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Art. 13º. Compete ao Conselho Curador:

Em. 08 / 12 / 2010

- I. estabelecer o âmbito de atuação, as políticas, as diretrizes, metas e estratégias e planos de atividades da Fundação, para assegurar a consecução de suas finalidades;
- II. exercer a fiscalização superior do patrimônio e dos recursos da Fundação, aprovar o orçamento anual, o programa de investimento da Fundação e acompanhar a execução orçamentária;
- III. aprovar a prestação de contas, os relatórios anuais, os demonstrativos financeiros e contábeis elaborados pela Diretoria Executiva, à luz dos relatórios do Conselho Fiscal;
- IV. eleger e dar posse ao seu Presidente e Secretário;
- V. eleger e dar posse aos integrantes e suplentes do Conselho Curador Conselho Fiscal, e Diretoria Executiva;
- VI. recomendar à Diretoria Executiva, as providências que julgar necessárias ao interesse da Fundação;
- VII. aprovar o Regimento Interno da Fundação e de seus departamentos, suas eventuais modificações;
- VIII. deliberar sobre a conveniência de aquisição, alienação ou oneração de bens pertencentes à Fundação.
- IX. decidir sobre a reforma dos presentes estatutos, juntamente com a Diretoria executiva, com prévia anuência do Ministério Público, observadas as finalidades estatutárias e exigências legais;
- X. deliberar sobre a proposta de absorção ou incorporação de outras entidades à Fundação;
- XI. deliberar sobre a extinção da Fundação, em conjunto com a Diretoria Executiva, nos termos dos artigos 29 e 31 deste estatuto.



CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
Paracatu - MG - (38) 3671-4597
ESTE DOCUMENTO CONFERE COM O SEU ORIGINAL
DOU FÉ 13 MAR 2006
☐ ADAILTON SILVA - TABELIÃO
☐ HONÓRIO SILVA MACHADO - SUBSTITUTO
☒ LUCIANA F. MENDEL BARBOSA - SUBSTITUTO

Nélito Costa Dutra Jr.
PROMOTOR DE JUSTIÇA

FUNDAÇÃO DONA BEJA

SSCE - M. das
Comunicações
10
9

XII. deliberar sobre quaisquer assuntos de interesse da Fundação, que lhe forem submetidos pela Diretoria Executiva.

SERVICO PUBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 08 / 12 / 2010

CAPÍTULO VII DO CONSELHO DIRETOR

Art. 14º. O Conselho Diretor, órgão de administração da Fundação, é composto por 3(três) membros, eleitos pelo Conselho Curador, os quais, com mandato de 4(quatro) anos, reeleitos por no máximo 4 vezes, exercem os seguintes cargos:

I – Diretor Presidente;

II – Diretor Vice-Presidente;

III – Diretor Administrativo e Financeiro.

Art. 15º. Os membros do Conselho Diretor são eleitos pelo Conselho Curador e suas investiduras nos respectivos cargos são formalizadas mediante assinatura de posse, lavrada em livro próprio.

Art. 16º. A Diretoria reunir-se-á, em sessão ordinária, semestralmente e extraordinariamente, quando convocada por seu Presidente ou pelo Conselho Curador, sendo suas decisões tomadas por maioria de votos.

Art. 17º. É terminantemente defeso a todos e a cada um dos integrantes da Diretoria e ineficaz em relação à Fundação o uso da denominação desta em negócios estranhos aos objetivos fundacionais, inclusive em fianças, avais ou quaisquer outras garantias de favor.

Art. 18º. Nos atos que acarretem responsabilidade para a fundação, esta deverá ser representada pelo Diretor-Presidente, pelos dois Diretores, ou, ainda, por bastantes procuradores, observadas as disposições deste Estatuto e a legislação vigente.

Art. 19º. Compete ao Conselho diretor:

I. executar ações, de acordo com as diretrizes e planos aprovados pelo Conselho Curador, visando alcançar os objetivos institucionais da Fundação;

II. cumprir e fazer cumprir este Estatuto, o Regimento Interno, as normas e as deliberações do Conselho Curador;



CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
PARACATU - MG - (38) 3871-4887
ESTE DOCUMENTO CONFERE COM O SEU ORIGINAL
DOU FÉ 13 MAR. 2006
☐ ADAILTON SILVA - TABELIÃO
☐ HONÓRIO SILVA MACHADO - SUBSTITUTO
☒ LUCIANA PIMENTEL BARBOSA - SUBSTITUTA

6
Nélio Costa Dutra Jr.
PROMOTOR DE JUSTIÇA

Em, 08 / 12 / 2006 FUNDÇÃO DONA BEA



- III. submeter ao Conselho Curador a definição ou aferação da estrutura administrativa de qualquer nível ou local visando à otimização dos resultados da Fundação;
- IV. implementar as políticas, diretrizes, estratégias e planos de atividades da Fundação;
- V. elaborar e executar programa anual de atividades;
- VI. elaborar e apresentar ao Conselho Curador o relatório anual e o respectivo demonstrativo dos resultados do exercício findo;
- VII. elaborar o orçamento da receita e despesas para o exercício seguinte;
- VIII. entrosar-se com instituições públicas e privadas, tanto no País, como no exterior para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- IX. elaborar e remeter ao Ministério Público e às demais instituições governamentais a prestação de contas do exercício findo e as atualizações cadastrais, com base no relatório anual de atividades e nas respectivas demonstrações financeiras aprovadas pelo Conselho Curador.
- X. planejar, dirigir o controlar todos os serviços e atividades da Fundação;
- XI. proporcionar aos Conselhos Curador e Fiscal, por intermédio do Diretor-Presidente, as informações e meios necessários ao efetivo desempenho de suas atribuições;
- XII. contratar e demitir funcionários;
- XIII. elaborar os Regimentos Internos dos Departamentos e submetê-los à aprovação do Conselho Curador;
- Art. 20º. Compete ao Presidente:
- I. representar a Fundação ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, podendo constituir procuradores, mandatários dos ou prepostos com fins específicos;
- II. orientar, dirigir e supervisionar as atividades da Fundação,
- III. convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- IV. movimentar contas bancárias e assinar documentos referentes ao giro de negócios, tais como: cheques, endossos, ordens de pagamento, títulos de créditos



CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS

Paracatu - PARACATU - MG - (38) 3671-4607
ESTE DOCUMENTO CONFERE COM O SEU ORIGINAL

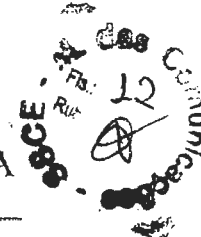
DOU FÉ

13 MAR. 2006

Nélcio Costa Dutra Jr.
PROMOTOR DE JUSTIÇA

- ☐ ADALTON SILVA - TABELIÃO
☐ HONÓRIO SILVA MACHADO - SUBSTITUTO
☐ LUCIANA PIMENTEL BARBOSA - SUBSTITUTA

FUNDAÇÃO DONA BEJA



e outros atos onerosos, em conjunto com o Tesoureiro, nos termos que dispõem este Estatuto e o Regimento Interno;

V. assinar contratos, acordos, convênios, termos de parceria ou qualquer outro instrumento, com o intuito de assegurar a plena realização dos objetivos da Fundação, observada a orientação estabelecida pelo Conselho Curador.

Art. 21º. Compete ao Secretário:

- I. substituir o Presidente, em caso de falta ou impedimento;
- II. colaborar com o Presidente na direção e execução de todas as atividades da Fundação, coordenando áreas ou setores que lhe forem designados;
- III. secretariar as reuniões da Diretoria Executiva e redigir atas;
- IV. publicar todas as notícias das atividades da Entidade;

S. RV. O PUBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
C. O. SEPE COM O ORIGINAL

08/12/2010

Art. 22º. Compete ao Tesoureiro:

- I. supervisionar e controlar as receitas, despesas e aplicações financeiras da Fundação, mantendo em dia a escrituração;
- II. movimentar contas bancárias e assinar documentos referentes ao giro de negócios, tais como: cheques, endossos, ordens de pagamento, títulos de créditos e outros atos onerosos, em conjunto com o Presidente, nos termos que dispõem este Estatuto e o Regimento Interno;
- III. efetuar o pagamento de todas as obrigações da Fundação;
- IV. acompanhar e supervisionar os trabalhos de contabilidade da Fundação, contratados com profissionais habilitadas, cuidando para que todas as obrigações comerciais, fiscais, trabalhistas e previdenciárias sejam devidamente cumpridas, em tempo hábil;
- V. elaborar, com base no orçamento realizado no exercício, a proposta orçamentária para o exercício seguinte, a ser submetida à Diretoria Executiva, para posterior apreciação do Conselho Curador;
- VI. apresentar, semestralmente, o balancete de receitas e despesas ao Conselho Fiscal, ou sempre que for solicitado;
- VII. apresentar o relatório financeiro para ser submetido ao Conselho Curador;



CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
Paraná - MG - (38) 3671-4597
ESTE DOCUMENTO CONFERE COM O SEU ORIGINAL
DOU FE 13 MAR 2006
☐ ADAILTON SILVA - TABELÃO
☐ HONÓRIO SILVA MACHADO - SUBSTITUTO
☐ LUCIANA PINHEIRO BARBOSA - SUBSTITUTO

Nélio Costa Dutra Jr.
PROMOTOR DE JUSTIÇA

FUNDAÇÃO DONA BEJA



VIII. conservar, sob sua guarda a responsabilidade, todos os documentos relativos à Tesouraria;

IX. manter todo o numerário em estabelecimento de crédito, exceto, apenas, valores suficientes a pequenas despesas;

X. publicar anualmente a demonstração das receitas e despesas realizada no exercício;

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

CAPÍTULO VIII

CONSELHO FISCAL Em, 08 / 12 / 2010

Art. 23º. O Conselho Fiscal, órgão do controle interno, é responsável pelo exame e apreciação das contas, atos e fatos administrativos da Fundação, ficando vedada aos membros à participação nos demais órgãos da fundação.

Art. 24º. O Conselho Fiscal é composto de 3(três) membros efetivos e 1(Um) suplente, eleitos pelo Conselho Curador, com mandato de 4(quatro) anos, reeleitos por no máximo 4 vezes.

Art. 25º. Quanto aos integrantes dos órgãos da administração e fiscalização da Fundação, observar-se-á o seguinte:

I – não poderão perceber remuneração pelos serviços prestados no exercício de seus cargos, vedado ainda qualquer participação nos resultados econômicos da Fundação;

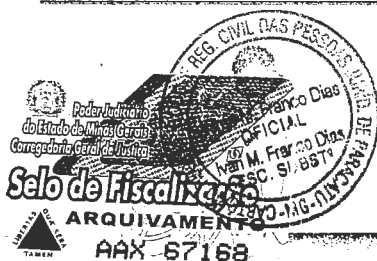
II – não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações assumidas pela Fundação em virtude de ato regular de gestão, respondendo naquela qualidade, porém, civil e criminalmente, por atos lesivos a terceiros ou à própria Entidade, praticados com dolo ou culpa;

III – perderá o mandato o integrante de órgão da administração que faltar, sem justificativa, a quatro reuniões consecutivas, ou a mais de seis alternadas, sendo seu cargo considerado vago;

§ 1º. Os integrantes do Conselho Fiscal serão eleitos pelo Conselho Curador, em reunião ordinária convocada para esse fim.

§ 2º. Serão eleitas as pessoas que obtiverem a maioria dos votos dos Conselheiros presentes.

§ 3º. Os integrantes efetivos do Conselho Fiscal elegerão, entre si, o Presidente do órgão.



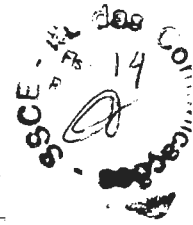
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
PARACATU - MG - (38) 3671-4667
P: ESTE DOCUMENTO CONFERE COM O SEU ORIGINAL

DOU FÉ 3 MAR. 2006

☐ ADAILTON SILVA - TABELIÃO
☐ HONÓRIO SILVA MACHADO - SUBSTITUTO
☐ LUCIANA PIMENTEL BARBOSA - SUBSTITUTA

Nélio Costa Dutra Jr.
PROMOTOR DE JUSTIÇA

FUNDAÇÃO DONA BEJA



Art. 26º. A convocação dos integrantes dos órgãos da administração para reuniões ou sessões, deverá ser feita pessoalmente e por escrito, com antecedência mínima de quarenta e oito horas, e mediante Edital afixado na sede da Fundação.

Art. 27º. Compete ao Conselho Fiscal:

- I. examinar os livros e documentos contábeis, o estado do caixa e os valores depositados em bancos, devendo a Diretoria Executiva fornecer-lhe as informações solicitadas;
- II. lavrar no livro de atas e pareceres do Conselho Fiscal os resultados dos exames que vier a proceder;
- III. apresentar ao Conselho Curador parecer sobre as atividades econômico-financeiras da Fundação, no exercício em exame, tomando por base o inventário, o balanço e os demais demonstrativos contábeis elaborados pela Diretoria;
- IV. opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para o Conselho Curador.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 08 / 12 / 2010

CAPÍTULO IX DO EXERCÍCIO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO

Art. 28º. O exercício financeiro da Fundação coincidirá com o ano civil.

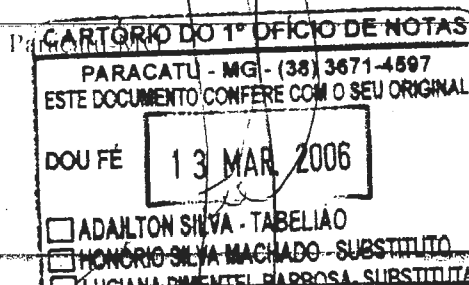
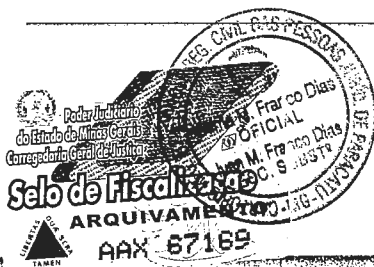
Art. 29º. Até o dia 30 (trinta) de outubro de cada ano, o Diretor-Presidente da fundação apresentará ao Conselho Curador a proposta orçamentária para o ano seguinte.

§ 1º. A proposta orçamentária será anual e compreenderá:

- I – estimativa de receita, discriminada por fontes de recursos;
- II – fixação da despesa com discriminação analítica;

§ 2º. O Conselho Curador terá o prazo de 30 (trinta) dias para discutir, emendar e aprovar a proposta orçamentária, não podendo majorar despesas, salvo se consignar os respectivos recursos.

§ 3º. Aprovada a proposta orçamentária ou transcorrido o prazo previsto no parágrafo anterior sem que se tenha verificado a sua aprovação, fica a Diretoria Executiva autorizada a realizar as despesas previstas.



Nélio Costa Dutra Jr.
PROMOTOR DE JUSTIÇA

FUNDAÇÃO DONA BEJA



§ 4º. Depois de apreciada pelo Conselho Curador, a proposta orçamentária será encaminhada, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, ao órgão competente do Ministério Público.

Art. 30º. A prestação anual de contas será submetida ao Conselho Curador até o dia 28 (vinte e oito) de fevereiro de cada ano, com base nos demonstrativos contábeis encerrados em 31 de dezembro do ano anterior.

§ 1º. A prestação anual de contas da Fundação conterá, entre outros, os seguintes elementos:

I – Relatório circunstanciado de atividades;

II – Balanço Patrimonial;

III – Demonstração de Resultados do Exercício;

IV – Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos;

V – Relatório e parecer de auditoria externa;

VI – Parecer do Conselho Fiscal.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Em 08 / 12 / 2010

§ 2º. Depois de apreciada pelo Conselho Curador, a prestação de contas será encaminhada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, ao órgão competente do Ministério Público.

CAPÍTULO X

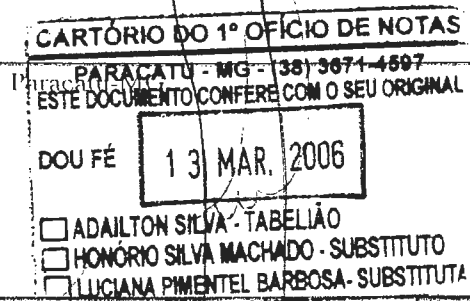
DA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO

Art. 31º. O estatuto da Fundação poderá ser alterado ou reformado por proposta do Presidente do Conselho Curador, ou do Diretor-Presidente, ou pelo menos três integrantes do Conselho Curador e Diretoria Executiva, desde que:

I – a alteração ou reforma seja discutida em reunião conjunta dos integrantes do Conselho Curador e Diretoria Executiva, presidida pelo presidente do primeiro, e aprovada, no mínimo, por 2/3 (dois terços) dos votos da totalidade de seus integrantes;

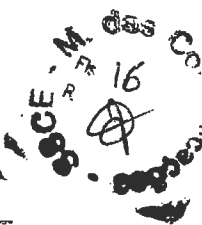
II – a alteração ou reforma não contrarie ou desvirtue as finalidades da Fundação;

III – seja a reforma aprovada pelo órgão competente do Ministério Público.



Nélio Costa Dutra Jr.
PROMOTOR DE JUSTIÇA

FUNDAÇÃO DONA BEJA



Parágrafo único. Se a proposta de alteração não for aprovada pela unanimidade dos presentes, o representante legal da Fundação, ao submeter à matéria ao Ministério Público, requererá, desde logo, que se dê ciência à autoridade competente para, querendo, impugná-la em um prazo de 10 (dez) dias.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

CAPÍTULO XII DA EXTINÇÃO DA FUNDAÇÃO

Em 08/12/2010

Art. 32º. A Fundação extinguir-se-á por deliberação de 2/3 (dois terços) dos membros do conselho Deliberativo e da Diretoria.

Art. 33º. No caso de extinção da Fundação, o Conselho Curador, sob acompanhamento do órgão competente do Ministério Público, procederá à sua liquidação, realizando as operações pendentes, a cobrança e o pagamento das dívidas e todos os atos de disposições que estime necessário.

Parágrafo único. Terminado o processo, o patrimônio residual da Fundação será revertido à outra entidade registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, ou entidade de fins idênticos ou semelhantes, sediada no Estado de Minas Gerais.

CAPÍTULO XIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 34º. O mandato da primeira composição dos Conselhos Curador e Fiscal, bem como da Diretoria Executiva será de 4 (quatro) anos, contados da posse desses integrantes, em reunião extraordinária conjunta convocada especialmente para esse fim, a qual terá a participação de um representante do Ministério Público com atribuição para exercer o velamento da fundação.

Art. 35º. O primeiro Conselho Curador aprovará, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias de sua instalação, o Regimento Interno da Fundação.

Parágrafo único. Até a edição do regimento interno, o Conselho Curador valer-se-á de normas provisórias, não exigindo sua posterior ratificação.

Art. 36º. Ao órgão competente do Ministério Público é assegurado assistir às reuniões dos órgãos dirigentes da Fundação, com direito de discutir as matérias em pauta, nas condições que tal direito se reconhecer aos integrantes da estrutura da Fundação.

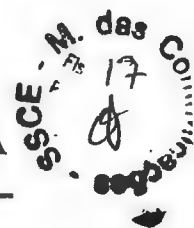
Parágrafo único. A Fundação dará ciência ao órgão competente do Ministério Público, do dia, hora e local designados para suas sessões ordinárias e extraordinárias, num prazo nunca inferior a 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião.



CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
Para: PARACATU - MG - (38) 3671-4597
ESTE DOCUMENTO CONFERE COM O SEU ORIGINAL
DOU FÉ 13 MAR. 2006
☐ ADAILTON SILVA - TABELIAO
☐ HONÓRIO SILVA MACHADO - SUBSTITUTO
☐ LUCIANA PIMENTEL BARBOSA - SUBSTITUTA

Nélio Costa Dutra Jr.
PROMOTOR DE JUSTIÇA

FUNDAÇÃO DONA BEJA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 08 / 12 / 2005

Paracatu, 12 de Novembro de 2005

Presidente

Wilton M. Franco

Vice-Presidente

Murilo Santana Pereira

Diretor Financeiro

Vinicius Santana Pereira

CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
PRAÇA GOV. MAGALHÃES PINTO, 333 - SALA 104
PARACATU/MG - TELEFAX (061) 671-2410

DECLARAÇÃO DE REGISTRO

Registrado no Livro

A08

sob o No.

0000003554

13 de março de 2006 as 10:24:48 horas

Emol.: 69,71 Tx.Fisc. 19,91 Tx.ReComp. 3,61

Total

83,13

Wilton M. Franco
WILMA MELO FRANCO DIAS



CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
CGC: 20.205.381/0001-52

Oficial: WILMA MELO FRANCO DIAS

Prevente Substº.: IVAN MELO FRANCO DIAS

Pça. Gov. Magalhães Pinto, 333 S/ 104

Paracatu - MG - CEP 38600-000

Fone: (061) 671-2410

Selo de Fiscalização

ARQUIVAMENTO

AAK 67172

Selo de Fiscalização

AAE 60824

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS

PARACATU - MG - (35) 3674-4697
ESTE DOCUMENTO CONFERE COM O SEU ORIGINAL

DOU FÉ

3 MAR. 2006

☐ ADAILTON SILVA - TABELIÃO
☐ HONÓRIO SILVA MACHADO - SUBSTITUTO
☐ LUCIANA PIMENTEL BARBOSA - SUBSTITUTA

13
Nélio Costa Dutra Jr.
PROMOTOR DE JUSTIÇA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONF. 08/12/2010

des
18
SCS

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROMOTORIA DE TUTELA DAS FUNDAÇÕES DE PARACATU**

RESOLUÇÃO Nº. 002/06

**O Promotor de Justiça ao final firmado, em exercício
na PROMOTORIA DE TUTELA DAS FUNDAÇÕES
e na forma do disposto na Resolução PGJ nº. 126/2001,**

CONSIDERANDO a solicitação de aprovação de instituição da FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DONA BEJA, conforme Escritura Pública de Instituição lavrada no cartório do 1º Ofício de Notas desta Comarca, às fls. 042, do livro 271;

CONSIDERANDO que a Fundação Educativa e Cultural Dona Beja é uma entidade sem fins lucrativos, que tem como objetivos sociais, dentre outros, coordenar a organização e orientar o funcionamento das representações estaduais; promover, apoiar, incentivar e patrocinar eventos e ações nos campos da Assistência Social, Educação e Cultura, Trabalho e Produção, Saúde e Nutrição, Habilitação, Desportos, Comunicações e Ecologia, voltados para o benefício da comunidade em geral; executar atividades de interesse comunitário, especialmente nas áreas de saneamento, habitação, lazer, saúde, educação e cultura; e, executar o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

Nélcio Costa Dutra Jr.
PROMOTOR DE JUSTIÇA



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CONSIDERANDO que o patrimônio inicial, constituído pela doação de seu Instituidor, no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) é suficiente para a consecução dos objetivos propostos pela Fundação;

CONSIDERANDO que a Fundação Educativa e Cultural Dona Beja tem sede e foro em Paracatu;

CONSIDERANDO, mais, que o ato de instituição, bem como o estatuto estão em perfeita sintonia com a legislação pertinente e preenchem os requisitos estabelecidos pela Resolução 126/2001, da Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais;

CONSIDERANDO, por fim, que as atividades a serem desenvolvidas pela Fundação Educativa e Cultural Dona Beja são lícitas, não lucrativas e socialmente relevantes;

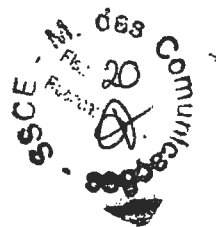
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
RESOLVE CONFERE COM O ORIGINAL

Em. 08 / 12 / 2010

APROVAR o estatuto e ato de instituição da FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DONA BEJA, conforme requerimento encaminhado a esta Promotoria de Tutela das Fundações, para que se efetive o necessário Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Paracatu/MG.

DEFERIR o prazo de 60 (sessenta) dias para que o Presidente da Fundação Educativa e Cultural Dona Beja adote as seguintes providências:

Nélcio Costa Dutra Jr.
PROMOTOR DE JUSTIÇA

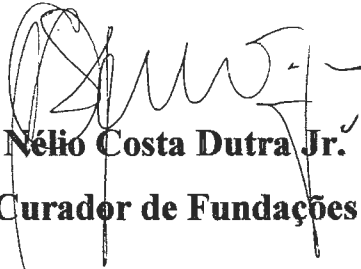


MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- 1) **PROVIDENCIE**, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, o registro dos atos de instituição e do estatuto integral da Fundação, que vão devidamente rubricados e carimbados por esta Promotoria de Tutela das Fundações;
- 2) **PROTOCOLE** nesta Promotoria de Tutela das Fundações certidão de inteiro teor do registro no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da aludida Fundação;
- 3) **PROTOCOLE** nesta Promotoria de Tutela das Fundações cópias da escritura pública de instituição e do estatuto da Fundação, devidamente registrados, para fins de arquivo;
- 4) **PROTOCOLE** nesta Promotoria de Tutela das Fundações comprovante do depósito bancário do valor da dotação inicial em conta da Fundação Educativa e Cultural Dona Beja, (ou registro de imóveis, se for o caso).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COI ER= COM O ORIGINAL

Paracatu, 09 de março de 2006. Em, 08 / 12 / 2010


Nélcio Costa Dutra Jr.
Curador de Fundações

DECLARAÇÃO

Declaro junto ao Ministério das Comunicações que a **FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DONA BEJA**, inscrita no CNPJ 07.876.126/0001-73 com sede na rua O nr 172 bairro Vila Mariana, na cidade de Paracatu no estado de Minas Gerais, CEP 38.600.000, que a mesma dispõe de recursos financeiros para montagem e manutenção da rádio FM com finalidade exclusivamente educativa.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 08 / 12 / 2010

Paracatu, 26 de julho de 2006

Atenciosamente


Wilton Mendes Santana
CPF 477.761.966-49
Presidente da Fundação Dona Beja.

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
Praça Firmino Santana, n.º 227, Centro - fone: 38-367154597
Reconhecido por SEMELHANÇA a(s) firma(s):
WILTON MENDES SANTANA *****
Paracatu, 24/07/2006 13:58:56.5372
Em tto da verdade
HONORIO SILVA MACHADO - TAB. SUBSTITUTO





DECLARAÇÃO

A FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DONA BEJA, CNPJ 07.876.126/0001-73 por seus representantes legais, infra-assinados, pretendente à obtenção de outorga de permissão/concessão para executar serviços de radiodifusão sonora/de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Paracatu no Estado de Minas Gerais, Tendo em vista o disposto no artigo 21 da Lei nr 9.637, de 15 de maio de 1998, por meio da qual foi extinta a Fundação Roquete Pinto, declara junto ao Ministério das Comunicações que se compromete a cumprir as obrigações constantes da Portaria Interministerial nr 651, de 15 de abril de 1999, bem como as exigências constantes da legislação específica de radiodifusão.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

m. 08 12 2010

Paracatu/MG, 26 de julho de 2006

Atenciosamente

Vinicius Santana Pereira
CPF 074.948.136-67
Diretor Adm e fin. da Fundação Dona Beja.

CARTÃO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
Praça Firmina Santana, n.º 227, Centro - fone: (31) 3471 4597
Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s):
VINICIUS SANTANA PEREIRA
19/08/2006 16:43:23 10018
da verdade
JUNIOR SILVA MACHADO - TAB. SUBSTITUTO

Poder Judiciário
do Estado de Minas Gerais
Corregedoria Geral da Justiça

Selo de Fiscalização
RECONHECIMENTO DE FIRMA
AGM 16125

DECLARAÇÃO

O abaixo assinado declara que:

- a) Não participa da direção de outra executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, no município onde se pretende instalar a estação, nem de quaisquer empresas de radiodifusão, em outros municípios, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nr 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso a entidade venha a ser contemplada com a outorga;
- b) Não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial.

Paracatu, 26 de julho de 2006

Atenciosamente

Vinicius Santana Pereira
Vinicius Santana Pereira
CPF 012.943.606-20
Direto Adm e Financeiro da Fundação Dona Beja

Poder Judiciário
do Estado de Minas Gerais
Corregedoria Geral de Justiça

Selo de Fiscalização
RECONHECIMENTO DE FIRMA
AGM 16126

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
Praça Piratuna Santana, n.º 227, Centro - fone: 38-3671 4597
Reconhecido por SEMELHANÇA a(s) firma(s):
VINICIUS SANTANA PEREIRA *****
18/08/2006 16:43:24 16176
da verdade
MONTEIRO SILVA MACHADO - TAB. SUBSTITUTO

CEDULA DE IDENTIDADE

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO PORTADOR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

CASA DA MOEDA DO BRASIL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO GERAL 912-014

NOME WILTON MENDES SANTANA

ALIAS Adailton José Santana
Maria Mendes Santana

Paracatu - MG 10 agosto 1965

DATA DO NASCIMENTO 04 janeiro 1984

Assinatura de Adailton José Santana

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

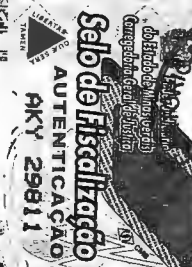
RTORIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS

PARACATU - MG - (38) 3671-4497

ESTE DOCUMENTO CONFERE COM O SEU ORIGINAL

DOU FÉ 24 JUL 2006

- ☐ ADAILTON SILVA - TABELIÃO
- ☒ HONÓRIO SILVA MACHADO - SUBSTITUTO
- ☐ LUCIANA PIMENTEL BARBOSA - SUBSTITUTA



ASCIMENTO 10.08.65

INSCRIÇÃO Nº GFT 477 761 966 49

CONTRIBUINTE WILTON MENDES SANTANA

Assinatura de Adailton Silva

SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE CONTRIBUÍNTES FISCAIS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

RTORIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS

PARACATU - MG - (38) 3671-4497

ESTE DOCUMENTO CONFERE COM O SEU ORIGINAL

DOU FÉ 24 JUL 2006

- ☐ ADAILTON SILVA - TABELIÃO
- ☒ HONÓRIO SILVA MACHADO - SUBSTITUTO
- ☐ LUCIANA PIMENTEL BARBOSA - SUBSTITUTA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

CONFERE COM O ORIGINAL

Em 08 / 12 / 2010

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL MG-14.394.954 DATA DE EXPEDIÇÃO 23/02/2005

NOME MURILLO SANTANA PEREIRA

FILIAÇÃO LAFIETE PEREIRA LEITAO
SUELY MARIA SANTANA PEREIRA

NATURALIDADE BRASÍLIA-DF DATA DE NASCIMENTO 19/9/1984

DOC. ORIGEM: NASC. LV-129A FL-63
BRASÍLIA-DF

CPF 074946134-67

OFÍCIO DE NOTIETA MELO BRAUNA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO/ME

ASSINATURA DO DIRETOR 2 VIA

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

DOU FÉ 20 JUL 2006

ESTE DOCUMENTO CONTEM O ORIGINAL

☐ ADAILTON SILVA - TABELIÃO

☒ HONÓRIO SILVA MACHADO - SUBSTITUTO

☐ LUCIANA PIMENTEL BARBOSA - SUBSTITUTA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFER. COM O ORIGINAL

Em, 08/12/2010

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO **do DF**

LAFAIETE PEREIRA LEITAO
SUELY MARIA SANTANA PEREIRA

Naturalidade BRASILIA - DF	Data de Nascimento 02/08/1980
RG MG11267425-SSP/MG	CPF 01294360620
Título de Eleitor 00124023650272-MG	Seção 0159
Certificado Militar Nº 111822116849-Exe	Fator RH POSITIVO

Observações

Doador de órgãos e tecidos

Local e Data
BRASILIA - DF, 02 de fevereiro de 2006

Presidente
[Assinatura]

Cons. **LUCIANNE ANDREIA M. DA COSTA REIS**

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA
CÉDULA DE IDENTIDADE DE MÉDICO

Documento de Identidade Conforme Lei Nº 6.206/75

CRM Nº **14432**

Data de inscrição **01/02/2006**

Nome **VINICIUS SANTANA PEREIRA**

Assinatura do Portador
[Assinatura]

Polígono DIREITO

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS

PARACATU, MO, 20 JUL 2006

ESTE DOCUMENTO CONFERE COM O SEU ORIGINAL

DOU FÉ **[20 JUL 2006]**

☐ ADAILTON SILVA - TABELIAO

☒ HONÓRIO SILVA MACHADO - SUBSTITUTO

☐ LUCIANA PIMENTEL BARBOSA - SUBSTITUTA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Em 08 / 02 / 2010

[Assinatura]



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

TJMG - COMARCA DE PARACATU
JUSTIÇA COMUM

FL.(s). 001 de 001



CERTIDÃO CÍVEL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA

CERTIFICO, na forma da Lei e por me naver sido requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO No. 038/99, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações Cíveis, Família, Fazenda Pública Federal, Fazenda Pública Estadual, Fazenda Pública Municipal, Falências e Concordatas, Registros Públicos, Sucessões e Ausência, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, NADA HAVER CONTRA:

VINICIUS SANTANA PEREIRA

CPF: 01294360620

RG: 112674425/MG

PARACATU, 20 de JULHO de 2005 13:20:48

CANDIDA MARIA TEIXEIRA DE QUEIROZ
ESCRIV(A) JUDICIAL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Em 08 / 12 / 2010

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. VALOR RECOLHIDO: R\$ 3.97 (TRÊS REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS)

Fórum MARTINHO CAMPOS SOBRINHO
AV. OLEGARIO MACIEL, 193 BAIRRO: CENTRO CEP: 38600000
PARACATU - MINAS GERAIS



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

FL(s). 001 de 001

TMG - COMARCA DE PARACATU
JUSTIÇA COMUM



CERTIDÃO CÍVEL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA

CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO No. 038/99, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações Cíveis, Família, Fazenda Pública Federal, Fazenda Pública Estadual, Fazenda Pública Municipal, Falências e Concordatas, Registros Públicos, Sucessões e Ausência, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, NADA HAVER CONTRA:

WILTON MENDES SANTANA

CPF: 47776196649

RG: 912014/TMG

PARACATU, 20 de JULHO de 2010 - 13:20:07

CÂNDIDA MARIA DE QUEIROZ
ESCRIVÃO JUDICIAL

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indicio de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. VALOR RECOLHIDO: R\$ 3.97 (TRÊS REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS)

Fórum MARTINHO CAMPOS SOBRINHO
AV. OLEGARIO MACIEL, 193 BAIRRO: CENTRO CEP: 38600000
PARACATU - MINAS GERAIS

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em 08 de 12 de 2010



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

FL(s). 001 de 001

10MG - COMARCA DE PARACATU
JUSTIÇA COMUM

CERTIDÃO CÍVEL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA



CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO No. 039/99, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações Cíveis, Família, Fazenda Pública Federal, Fazenda Pública Estadual, Fazenda Pública Municipal, Falências e Concordatas, Registros Públicos, Sucessões e Ausência, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, NADA HAVER CONTRA:

MURILO SANTANA PEREIRA

CPF: 07494813667

RG: 14394954/MG

PARACATU, 20 de JULHO de 2006 - 13:18:03

CÂNDIDA MARIA TRIVEZ DE OLIVEIRA
ESCRIV(A) O J. PARACATU

Cândida Maria Trivez de Oliveira
Escritura

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indicio de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão. VALOR RECOLHIDO: R\$ 3.97 (TRÊS REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS)

FÓRUM MARTINHO CAMPOS SOBRINHO
AV. OLEGÁRIO MACIEL, 193 BAIRRO: CENTRO CEP: 33600000
PARACATU - MINAS GERAIS

SERVICO PUBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Em 08 / 12 / 2010

[Signature]



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

FL(s). 201 de 201

TJMG - COMARCA DE PARACATU
JUSTIÇA COMUM

CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JUDICIAL




CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO No. 232/99, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações de natureza CRIMINAL, NADA HAVER E/OU TER HAVIDO CONTRA:


VINICIUS SANTANA PEREIRA

CPF: 01294360628

RG: 11267425/RG


PARACATU, 20 de JULHO de 2006 - 12:47:12


ELSON DO CARMO SOARES DE FRANÇA
ESCRIVÃO(O) DO JUDICIAL


Elson B. Soares de França
Escrivão Judicial

Fórum MARTINHO CAMPOS SOBRINHO
AV. OLEGARIO MACIEL, 193 BAIRRO: CENTRO CEP: 38600000
PARACATU - MINAS GERAIS

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONF. COM. R. 111

F. 08 / 12 / 2010




Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

TR(2), 021 da 301

TR(2) - COMARCA DE PARACATU
JUSTIÇA COMUM

CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA - FEDEDA NATURAL/JURÍDICA



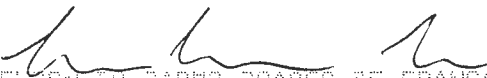
CERTIFICO, na forma da Lei nº 9.733/99, de haver sido requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO No. 038/99, do Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Minas Gerais, que A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações de natureza CRIMINAL, NADA HAVENDO QUE SEJA DEVIDO CONTRA:


WILTON MENDES SANTANA

CPF: 1.773.196.649

RG: 913014/110

PARACATU, 20 de JULHO de 2006 - 12:49:27


ELSON DE CARMO SOARES DE FRANÇA
ESCRIVÃO(C) DO JUDICIAL


Elson B. Soares França
Escrivão Judicial

FABRIZIO MARTINHO CAMPOS CORRÊA
AV. OLEGÁRIO FACIEL, 193 - BAIRRO: CENTRO CEP: 36423000
PARACATU - MINAS GERAIS

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 08 / 12 / 2010





Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

FL(s): 021 de 001

TJMG - COMARCA DE PARACATU
JUSTIÇA COMUM

CERTIDÃO CRIMINAL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURIDICA




CERTIFICO, na forma da Lei e por se haver sido requerido, que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO No. 828/97, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações de natureza CRIMINAL, NADA HAVER E/OU TER HAVIDO CONTRA:

MURILO SANTANA PEREIRA

CPF: 07494813667

RG: 14394904/PG

PARACATU, 22 de JULHO de 2006 - 12:47:54


ELSON B. SOARES FRANCO
ESCRIVÃO(J) DO JUDICIAL

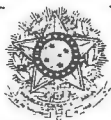
Elson B. Soares Franco
Escrivão Judicial

FAVIM MARTINHO CAMPOS RODRIGUES
AV. GREGARIO MACIEL, 103 (FERR) CENTRO CEP: 38600000
PARACATU - MINAS GERAIS

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 08 / 12 / 2010





JUSTIÇA ELEITORAL



JUSTIÇA ELEITORAL
203ª ZONA ELEITORAL DE PARACATU - MG
PRACA AFRANIO DE MELO FRANCO, 101 Telefone 3836721462



Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Nacional de Eleitores e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado ESTÁ QUITE com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: WILTON MENDES SANTANA

Inscrição: 096042100299

Zona: 203 Seção: 144

Município: 49395 - PARACATU UF: MG

Data de nascimento: 10/08/1965 Domiciliado desde: 11/02/1992

Filiação: MARIA MENDES SANTANA

ARNALDO JOSE SANTANA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 08 de 12 de 2010

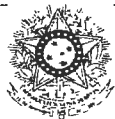
Em 20 de julho de 2006.

Alcione Santana Neiva Giati
ALCIONE SANTANA NEIVA GIATI
CHEFE DO CARTÓRIO

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



JUSTIÇA ELEITORAL



JUSTIÇA ELEITORAL
203ª ZONA ELEITORAL DE PARACATU - MG
PRACA AFRANIO DE MELO FRANCO, 101 Telefone 3836721462



Certidão

SERVICO PUBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 08 / 12 / 2010

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Nacional de Eleitores e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado ESTÁ QUITE com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: VINICIUS SANTANA PEREIRA
Inscrição: 124023650272 Zona: 203 Seção: 159
Município: 49395 - PARACATU UF: MG
Data de nascimento: 02/06/1980 Domiciliado desde: 29/04/1996
Filiação: SUELY MARIA SANTANA PEREIRA
LAFAIETE PEREIRA LEITAO

Em 20 de julho de 2006.

MATRÍCULA 308.12.704 TSE/MG

ALCIONE SANTANA NEIVA GIATI
CHÉFE DO CARTÓRIO

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



JUSTIÇA ELEITORAL



JUSTIÇA ELEITORAL
203ª ZONA ELEITORAL DE PARACATU - MG
PRACA AFRANIO DE MELO FRANCO, 101 Telefone 3836721462



Certidão

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COINCIDE COM O ORIGINAL

m, 08 / 12 / 2010

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Nacional de Eleitores e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado ESTÁ QUITE com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: MURILO SANTANA PEREIRA
Inscrição: 146720090213 Zona: 203 Seção: 176
Município: 49395 - PARACATU UF: MG
Data de nascimento: 19/09/1984 Domiciliado desde: 27/04/2000
Filiação: SUELY MARIA SANTANA PEREIRA
LAFETE PEREIRA LEITAO

Em 20 de julho de 2006.

Alcione
MURILLO SANTANA PEREIRA

ALCIONE SANTANA NEIVA GIATI
CHEFE DO CARTÓRIO

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



República Federativa do Brasil

Vânia Melo Franco Torres de Sá
OFICIAL

Edmundo Antônio de Sá
SUBSTITUTO I

Moacir César Naves
SUBSTITUTO II

Certidão Negativa

*Vânia Melo Franco Torres de Sá, Oficial de Protesto da
Comarca de Paracatu Estado de Minas Gerais.*

A pedido verbal da pessoa interessada, CERTIFICO que revendo os Livros de Protesto do Cartorio a meu cargo, livros de transcrição de protestos, de Letras de Cambio, Notas Promissórias, Duplicatas e outros Titulos de divida, deles verifiquei NAO CONSTAR nenhum registro de Instrumento de Protesto da responsabilidade de :

WILTON MENDES SANTANA

CPF: 477.761.966_49

Nacionalidade :BRASILEIRA

Estabelecido(a):RUA O , N° 172 VILA MARIANA

Na cidade de PARACATU-MG.

SERVICO PUBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 08 / 12 / 2010

No periodo de 05 anos.

O referido e' verdade e dou fe'

PARACATU-MG, 20 de Julho de 2006

Emolumentos...	14,30
DAE.....	3,07
PECG.....	0,86
Total.....	18,23



20583498/0001-70

CARTÓRIO REGISTRO DE PROTESTO

Rua Bubens Bittencourt, 365

Centro - CEP 38600-000 - Paracatu - MG

Vânia Melo Franco T. de Sá - Oficial

Edmundo Antônio de Sá - Substituto

Torres de Sá

OFICIAL DE PROTESTO

FIRMAS RECONHECIDAS NOS CARTÓRIOS
1º OFÍCIO DE NOTAS - TAB. ADAILTON SILVA - PARACATU - MG
2º OFÍCIO DE NOTAS - TAB. INÁH A. SILVA CAMPOS - PARACATU - MG

República Federativa do Brasil

Vânia Melo Franco Torres de Sá
OFICIAL

Edmundo Antônio de Sá
SUBSTITUTO I

Moacir César Nogueira
SUBSTITUTO II

Certidão Negativa

*Vânia Melo Franco Torres de Sá, Oficial de Protesto da
Comarca de Paracatu Estado de Minas Gerais.*

A pedido verbal da pessoa interessada, CERTIFICO que revendo os Livros de Protesto do Cartorio a meu cargo, livros de transcrição de protestos, de Letras de Cambio, Notas Promissórias, Duplicatas e outros Titulos de divida, deles verifiquei NAO CONSTAR nenhum registro de Instrumento de Protesto da responsabilidade de :

MURILO SANTANA PEREIRA
CPF: 074.948.136_67
Nacionalidade :BRASILEIRA
Estabelecido(a):RUA MAJOR ARISTIDES 55 CENTRO
Na cidade de PARACATU-MG.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O OP. IN

Em, 08 / 02 / 2010

No periodo de 05 anos.

O referido e' verdade e dou fe'

PARACATU-MG, 20 de Julho de 2006



Emolumentos...	14,30
DAE.....	3,07
PECG.....	0,86
Total.....	18,23

20583498/0001-70

CARTÓRIO REGISTRO DE PROTESTO

Rua Bubens Bittencourt, 365
Centro - CEP 38600-000 - Paracatu - MG
Vânia Melo Franco T. de Sá - Oficial
Edmundo Antônio de Sá - Substituto

Torres de Sá

OFICIAL DE PROTESTO

FIRMAS RECONHECIDAS NOS CARTÓRIOS
1º OFÍCIO DE NOTAS - TAB. ADAILTON SILVA - PARACATU - MG
2º OFÍCIO DE NOTAS - TAB. INÁH A. SILVA CAMPOS - PARACATU - MG

República Federativa do Brasil

Vânia Melo Franco Torres de Sá
OFICIAL

Edmundo Antônio de Sá
SUBSTITUTO I

Moacir César Nogueira
SUBSTITUTO II

Certidão Negativa

*Vânia Melo Franco Torres de Sá, Oficial de Protesto da
Comarca de Paracatu Estado de Minas Gerais.*

A pedido verbal da pessoa interessada, CERTIFICO que revendo os Livros de Protesto do Cartorio a meu cargo, livros de transcrição de protestos, ~~de Letras de Cambio, Notas Promissórias, Duplicatas e outros Titulos de divida, deles verifiquei NAO CONSTAR~~ nenhum registro de Instrumento de Protesto da responsabilidade de :

VINICIUS SANTANA PEREIRA
CPF: 012.943.606_20
Nacionalidade :BRASILEIRA
Estabelecido(a):RUA MAJOR ARISTIDES 55 CENTRO
Na cidade de PARACATU-MG.

No periodo de 05 anos.

O referido e' verdade e dou fe'



08/12/2010

20583498/0001-70

CARTÓRIO REGISTRO DE PROTESTO

Rua Bubens Bittencourt, 365

Centro - CEP 38600-000 - Paracatu - MG

Vânia Melo Franco T. de Sá - Oficial

Edmundo Antônio de Sá - Substituto

Torres de Sá

OFICIAL DE PROTESTO

FIRMAS RECONHECIDAS NOS CARTÓRIOS

1º OFÍCIO DE NOTAS - TAB. ADAILTON SILVA - PARACATU - MG

2º OFÍCIO DE NOTAS - TAB. INÁH A. SILVA CAMPOS - PARACATU - MG

FUNDAÇÃO DONA BEJA



DECLARAÇÃO

O abaixo assinado declara que:

- a) Não participa da direção de outra executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, no município onde se pretende instalar a estação, nem de quaisquer empresas de radiodifusão, em outros municípios, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nr 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso a entidade venha a ser contemplada com a outorga;
- b) Não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial.

SERVICO PUBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 08 / 12 / 2010

Paracatu, 26 de julho de 2006

Atenciosamente

Wilton Mendes Santana

CPF 477.761.966-49

Presidente da Fundação Dona Beja.

1º OFÍCIO DE NOTAS
PARACATU-MG



CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
Praça Firmina Santana, n.º 227, Centro - Fone: 38-3471-4597
Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s):
WILTON MENDES SANTANA
Paracatu, 24/07/2006 13:38:55 32136
da verdade
HONORIO SILVA MACHADO - TAB. SUBSTITUTO

FUNDAÇÃO DONA BEJA



DECLARAÇÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 08 / 12 / 2010

O abaixo assinado declara que:

- a) Não participa da direção de outra executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, no município onde se pretende instalar a estação, nem de quaisquer empresas de radiodifusão, em outros municípios, em excesso aos limites fixados no artigo 12 do Decreto-lei nr 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso a entidade venha a ser contemplada com a outorga;
- b) Não está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial.

Paracatu, 26 de julho de 2006

Atenciosamente

Murilo Santana Pereira

CPF 074.948.136-67

Vice-Presidente da Fundação Dona Beja.

ENTRADA NO
OFÍCIO
PARACATU - MG



CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
Praça Firmina Santana, n.º 227, Centro - fone: 38-3671 4597
Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s):
MURILO SANTANA PEREIRA *****
Paracatu, 24/07/2006 13:39:28 3918
Em tto de verdade
HONÓRIO SILVA MACHADO - TUB, SUBSTITUTO

FUNDAÇÃO DONA BEJA

DECLARAÇÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

m, 08 / 02 / 2010

A FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DONA BEJA, CNPJ 07.876.126/0001-73 por seus representantes legais, infra-assinados, pretendente à obtenção de outorga de permissão/concessão para executar serviços de radiodifusão sonora/de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Paracatu no Estado de Minas Gerais, Tendo em vista o disposto no artigo 21 da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, por meio da qual foi extinta a Fundação Roquete Pinto, declara junto ao Ministério das Comunicações que se compromete a cumprir as obrigações constantes da Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, bem como as exigências constantes da legislação específica de radiodifusão.

Paracatu/MG, 26 de julho de 2006

Atenciosamente

Wilton Mendes Santana

CPE 477.761.966-49

Presidente da Fundação Dona Beja.

SECRETARIA DE
OFÍCIO
PARACATU-MG

Poder Judiciário
do Estado de Minas Gerais
Corregedoria Geral de Justiça

Selo de Fiscalização

RECONHECIMENTO DE FIRMAS

AFJ 05646

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS

Praca Firmeza Santana, nº 227, Centro - fone: 38-3671-4597

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s):

WILTON MENDES SANTANA *****

Paracatu, 24/07/2006 13:38:57 11376

da verdade

ONORIO SILVA MACHADO - TAB. SUBSTITUTO

DECLARAÇÃO

08 12 2010

A FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DONA BEJA, CNPJ 07.876.126/0001-73 por seus representantes legais, infra-assinados, pretendente à obtenção de outorga de permissão/concessão para executar serviços de radiodifusão sonora/de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Paracatu no Estado de Minas Gerais, Tendo em vista o disposto no artigo 21 da Lei nr 9.637, de 15 de maio de 1998, por meio da qual foi extinta a Fundação Roquete Pinto, declara junto ao Ministério das Comunicações que se compromete a cumprir as obrigações constantes da Portaria Interministerial nr 651, de 15 de abril de 1999, bem como as exigências constantes da legislação específica de radiodifusão.

Paracatu/MG, 26 de julho de 2006

Atenciosamente

Murilo Santana Pereira

Murilo Santana Pereira

CPF 074.948.136-67

Vice-Presidente da Fundação Dona Beja.

SECRETARIA DE
1º OFÍCIO
PARACATU - MG

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
Praça Firmina Santana, n.º 227, Centro - fone: 38-3671-4597
Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s):
MURILO SANTANA PEREIRA
Paracatu, 24/07/2006 13:39:29,9938
Em ato da verdade
MURILO SILVA MACHADO - 1º. SUBSTITUTO



REQUERIMENTO



Exmº Senhor Secretário de comunicação Eletrônica.

Dr. Joanilson Laércio B. Ferreira

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 08 / 12 / 2010

Solicito anexar ao processo nr 53000 071953/2006-12, o Termo de Cooperação mútua que entre si celebram a Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) e a Fundação Educativa e Cultural Dona Beja .

Atenciosamente


WILTON MENDES SANTANA
Presidente da Fundação Dona Beja

CONVEN
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 074538/2006-11

ASS/SC

04092006-1444



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS

GABINETE DO REITOR



CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
PARACATU - MG - (38) 3671-4597
ESTE DOCUMENTO CONFERE COM O SEU ORIGINAL
DOU FE 23 MAR 2006
☐ ADAILTON SILVA - TABELIÃO
☐ HONÓRIO SILVA MACHADO - SUBSTITUTO
☒ LUCIANA PEREIRA - PESSOA SUBSTITUTA



TERMO DE COOPERAÇÃO MÚTUA QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - UNIMONTES E A FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DONA BEJA, NA FORMA ABAIXO.

A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - UNIMONTES, autarquia de regime especial do Estado de Minas Gerais, com sede na cidade de Montes Claros, no Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.675.359/0001-00, neste ato representada pelo seu Reitor, Professor PAULO CÉSAR GONÇALVES DE ALMEIDA, e a FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DONA BEJA, com sede na cidade de Paracatu/MG, Rua O, nº 172, Vila Mariana, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.876.126/0001-73, neste ato representada pelo seu Presidente, WILTON MENDES SANTANA, infra-assinado, resolvem celebrar o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO MÚTUA**, sendo regido pela Lei nº 8.666, de 21/06/1993, alterada pela Lei nº 8.883, de 08/06/1994, convencionando as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Cooperação tem por objetivo a cessão de espaço na programação de radiodifusão com fins exclusivamente educativos, livremente de ônus por parte da UNIMONTES e da FUNDAÇÃO DONA BEJA.

I - A transmissão de programas educativo-culturais por parte destas, com o objetivo de orientar a sociedade sobre as ações educativas e treinamentos destinados a sensibilizar a população para os problemas de proteção, preservação, conservação e recuperação do meio ambiente.

II - Desenvolver programações destinadas a propiciar uma melhor qualidade de vida aos cidadãos, tendo como enfoque ações que garantam a revisão de valores e comportamentos para a transformação social necessária.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS PERMISSÕES

Os programas a serem transmitidos no espaço cedido pela FUNDAÇÃO DONA BEJA e pela UNIMONTES se baseiam naqueles de conteúdos exclusivamente educativo-culturais.

I - Por programas de caráter educativo-culturais entendem-se aqueles que, além de atuarem conjuntamente com os sistemas de ensino de qualquer nível e modalidade, visem à educação básica e superior, à educação permanente e formação para o trabalho, além de abranger as atividades de divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional, sempre de acordo com os objetivos nacionais.

II - Os programas de caráter recreativo ou de divulgação desportiva poderão ser considerados educativo-culturais, se neles estiverem presentes elementos instrutivos ou enfoques educativo-culturais identificados em sua apresentação.



CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
CGC: 20.205.381/0001-52
Oficial: WILMA MELO FRANCO DIAS
Escrivente Substº: IVAN MELO FRANCO DIAS
Pça. Gov. Magalhães Pinto, 333 S 1º And.
Paracatu - MG - CEP 38600-000
Fone: (061) 671-0410

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 08/12/2011



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
GABINETE DO REITOR



CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Cooperação entrará em vigor na data de sua assinatura e vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser alterado por meio de termos aditivos.

CLÁUSULA QUARTA - DA RESCISÃO

O presente Termo de Cooperação pode ser rescindido a qualquer tempo por uma das partes, desde que o interessado externar formalmente a sua intenção nesse sentido, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data em que, pretenda, sejam as atividades que constituem objeto deste Termo de Cooperação encerradas.

CLÁUSULA QUINTA

Este CONVÊNIO pode ser rescindido, por comum acordo entre as partes, mediante notificação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, independente do prazo de vigência, ainda na ocorrência dos seguintes motivos:

- I - inadimplemento de qualquer de suas cláusulas;
- II - pela superveniência de norma legal ou evento que o torne material ou formalmente inexecutável.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Montes Claros/MG para dirimir as questões oriundas deste CONVÊNIO, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e concordantes, assinam as partes o presente Termo de Cooperação em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, que também o subscrevem, para todos os efeitos jurídicos e legais.

Montes Claros/MG, 22 de março de 2006.



Professor Wilton Mendes Santana
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DONA BEJA

Professor Paulo César Gonçalves de Almeida
REITOR DA UNIMONTES

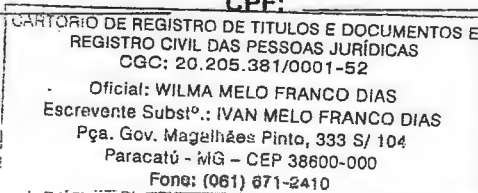


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Em, 08.12.2010

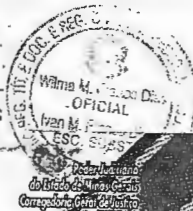
TESTEMUNHAS:

1ª *Cláudia de Oliveira Lima*
2ª *Leopoldo P. F. F. P.*

CPF: 823.82.076-04
CPF: 085364811-53



CARTÓRIO PARACATU
PRAÇA GOV. MAGALHÃES PINTO, 333
PARACATU MG
CERTIDÃO DE REGISTRO
 Certifico estar Registrado este documento sob
 Protocolo 0000018783 No.Reg0000009693
 Livro B24 Folha273
 23 de março de 2006 às 14 29 42 Horas
 O Oficial/ Escrevente : Para Paracatu
WILMA MELO FRANCO DIAS / IVAN MELO FRANCO DIAS
 Emol 10 19 Tx.Fisc3,40 Tx.Rec0,60 Total 14,19



CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
 CGC: 20.205.381/0001-52
 Oficial: WILMA MELO FRANCO DIAS
 Escrevente Substº.: IVAN MELO FRANCO DIAS
 Pça. Gov. Magalhães Pinto, 333 S/ 104
 Paracatu - MG - CEP 38600-000
 Fone: (061) 671-2410

Selo de Fiscalização
 AEE 80918.

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
 PARACATU - MG - (38) 3671-4597
 ESTE DOCUMENTO CONFERE COM O SEU ORIGINAL
 DOU FÉ 23 MAR 2006
☐ ADAILTON SILVA - TABELÃO
☐ HONÓRIO SILVA MACHADO - SUBSTITUTO
☒ LUCIANA PIMENTEL BARBOSA - SUBSTITUTA



CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
 Praça Firmina Santana, n.º 227, Centro - fone: 38-3671 4597
 Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s):
 WILTON MENDES SANTANA *****
 Paracatu, 23/03/2006 09:50:07 8401
 Em tto da verdade
 LUCIANA PIMENTEL BARBOSA - TAB. SUBSTITUTA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B – 3.º andar – ala oeste.
CEP – 70044-900 – Brasília – DF Tel.: (61) 311-6000



Ofício nº 9.419 /2006/COSUD/CGLO/DEOC/SC/MC Brasília, 04 de outubro de 2006.

À
FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DONA BEJA
RUA "O", Nº 172, BAIRRO VILA MARIANA.
PARACATU - MG
CEP: 38.600-000

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE O ORIGINAL

Em 08 / 12 / 2006

Processo nº 53000.071953/2006

Assunto: Execução de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada com fins exclusivamente educativos na localidade de Paracatu/MG.

Prezados Senhores,

Relativamente ao pedido constante do processo sob referência, por meio do qual essa entidade requer outorga para execução de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no canal 247C, previsto no Plano Básico de Distribuição de Canais, para a cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais, cumpre-nos informar que, para o prosseguimento do feito, deverão ser carreados aos autos os documentos, **em original ou cópia autenticada:**

- 1 - declaração da interessada, firmada pelo seu representante legal, de que a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço de localidade objeto da concessão ou permissão e que, caso venha a ser contemplada com a outorga, não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- 2 - certidão negativa de insolvência civil (execução por quantia certa contra devedor insolvente), expedida pelo distribuidor cível do fórum da comarca onde tem sede a interessada;
- 3 - prova de regularidade da interessada relativa à Seguridade Social – INSS ou Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, fornecido pelo Conselho Nacional de Assistência Social;
- 4 - prova de regularidade para com as fazendas federal, estadual e municipal da sede da entidade ou outra equivalente, na forma da lei;
- 5 - prova de regularidade da interessada relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- 6 - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da interessada, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

7 – prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado do Sr. Vinícius Santana Pereira, há mais de 10 anos ou, para o caso de portugueses, de que têm reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no País. OK

Diante do exposto, fica conferido o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento deste Ofício, expedido com AR-Postal, para a apresentação de novos documentos que possam comprovar a solução definitiva dos feitos, para que se possa viabilizar a continuação deste processo.

Atenciosamente,

JOANILSON LAERCIO BARBOSA FERREIRA
Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

COSUD/ Gislayne Miranda

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 08 / 12 / 2010

[Assinatura]

FUNDAÇÃO DONA BEJA

REQUERIMENTO

Exmº Senhor Ministro das Comunicações,

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 081897/2006-99

A 88/80

18/10/2006-12/21

A Fundação Educativa e Cultural Dona Beja, com endereço para correspondência na Rua "O" nº 172 Vila Mariana na cidade de Paracatu Minas Gerais com Cep nº 38.600.000, em resposta ao ofício nº 2419/2006 de 04 de outubro de 2006, solicitamos protocolar junto ao processo nº 53000.071953/2006 as documentações solicitadas no ofício acima citado.

Atenciosamente
Wilton Mendes Santana
Cpf 477.761.966-49
Presidente da fundação dona beja

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 08/10/2006
[Assinatura]

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
Praça Firmina Santana, n.º 227, Centro - Fone: 38-3671 4597

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s):

WILTON MENDES SANTANA *****

Paracatu, 16/10/2006 12:59:34 5364

Em tto da verdade

HONORIO SILVA MACHADO - TAB. SUBSTITUTO

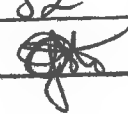
Emp. 2.30 - Reconheço: 0,14 - Tx Jud.: 0,77 Total: R\$ 2,14

Selo de Fiscalização
RECONHECIMENTO DE FIRMA
AGM 22242

FUNDAÇÃO DONA BEJA

DECLARAÇÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 08 / 12 / 2006


A Fundação Educativa e Cultural Dona Beja, cnpj 07.876.126/0001-73, com endereço para correspondência na Rua "O" nr 172 no bairro Vila Mariana, na cidade de Paracatu no Estado de Minas Gerais, CEP 38.600.000,
Por seu representante legal, declara junto ao Ministério das Comunicações que a mesma não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão ou permissão e que, caso venha a ser contemplada com a outorga, não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nr 236 de 28 de fevereiro de 1967.

Paracatu, 16 de Outubro de 2006

Atenciosamente

Wilton Mendes Santana

CPE 477.761.966-49

Presidente da Fundação Dona Beja.

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
Praça Firmina Santana, n.º 227, Centro - fone: 38-3671 4597
Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s):
WILTON MENDES SANTANA *****
Paracatu, 16/10/2006 12:59:36 17316
Em tto da verdade
HONORIO SILVA MACHADO - TAB. SUBSTITUTO
Emolun. 2,30 - Recomeço: 0,14 - Tx Jud.: 0,77 Total: 3,21

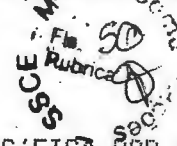




Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

TJMG - COMARCA DE PARACATU
JUSTIÇA COMUM

FL(s) 001 de 001



CERTIDÃO CÍVEL NEGATIVA - PESSOA NATURAL/JURÍDICA - ESPECÍFICA POR AÇÃO

CERTIFICO, na forma da Lei e por me haver sido requerido que, pesquisando o banco de dados desta comarca, com a observância do PROVIMENTO No. 038/99, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, ATÉ A PRESENTE DATA, no que se refere aos registros de distribuição das ações Cíveis, Família, Fazenda Pública Federal, Fazenda Pública Estadual, Fazenda Pública Municipal, Falências e Concordatas, Registros Públicos, Sucessões e Ausência, excetuados os feitos de competência do Juizado Especial, nas ações específicas de INSOLVÊNCIA, NADA HAVER

CONTRA:

FUNDAÇÃO EDUCATIVA CULTURAL DONA BEJA

A PRESENTE CERTIDÃO NÃO EXCLUI A POSSIBILIDADE DA EXISTÊNCIA DE OUTRAS AÇÕES DE NATUREZA DIVERSA DAQUELAS AQUI MENCIONADAS.

Observações da(o) Escrivã(o) do Judicial:
CNPJ 07876126000173

PARACATU, 14 de OUTUBRO de 2006 - 12:29:29

REINALDO GIATI
ESCRIVÃO DO JUDICIAL

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERIR COM O ORIGINAL

08 / 12 / 2006

ATENÇÃO:

Certidão composta de 001 folha(s).

Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

Esta certidão só é válida no original ou devidamente autenticada por oficial público. Para maior segurança, confira a grafia do nome solicitado, a data e hora de emissão.

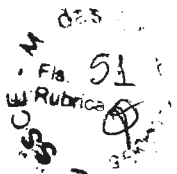
VALOR RECOLHIDO: R\$ 3.97 (TRÊS REAIS E NOVENTA E SETE CENTAVOS)

FÓRUM MARTINHO CAMPOS SOBRINHO
AV. OLEGARIO MACIEL, 193 BAIRRO: CENTRO CEP: 38600000
PARACATU - MINAS GERAIS

PREVIDENCIA SOCIAL
A SEGURADORA DO TRABALHADOR BRASILEIRO

CERTIDAO NEGATIVA DE DEBITO

NO 017652006-11029060



ADOS DO SUJEITO PASSIVO:

NPJ: 07.876.126/0001-73
OME: FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DONA BEJA
NDERECO: RUA O 172
AIRRO OU DISTRITO: VILA MARIANA
UNICIPIO: PARACATU
STADO: MG
EP: 38600-000

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em 08/12/2006

INALIDADE DA CERTIDAO:

UAISQUER DAQUELAS PREVISTAS NAS LEIS 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991, E
LT ACOES, EXCETO PARA:

- AVERBACAO DE CONSTRUCAO CIVIL EM IMOVEL;
- REDUCAO DE CAPITAL SOCIAL E TRANSFERENCIA DE CONTROLE DE COTAS DE SOCIEDADES DE RESPONSABILIDADE LIMITADA;
- BAIXA DE FIRMA INDIVIDUAL, CISAO TOTAL OU PARCIAL, TRANSFORMACAO OU EXTINCAO DE ENTIDADE OU SOCIEDADE COMERCIAL OU CIVIL.

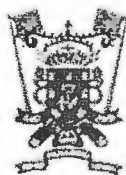
CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NA LEI Nº 8.212/91 E ALTERACOES, QUE, PARA FINALIDADE DISCRIMINADA, INEXISTE DEBITO IMPEDITIVO A EXPEDICAO DESTA CERTIDAO EM NOME DO SUJEITO PASSIVO ACIMA IDENTIFICADO, RESSALVADO AO INSS O DIREITO DE COBRAR QUALQUER IMPORTANCIA QUE VENHA A SER CONSIDERADA DEVIDA.

VALIDA PARA TODOS OS ESTABELECIMENTOS DA EMPRESA, MATRIZ E FILIAIS.

EMISSAO DA PRESENTE CERTIDAO ESTA CONDICIONADA A VERIFICACAO DE SUA VALIDADE NA INTERNET www.previdenciasocial.gov.br, OU EM QUALQUER AGENCIA DA PREVIDENCIA SOCIAL OU UNIDADE AVANÇADA DE ATENDIMENTO DA PREVIDENCIA SOCIAL.

SEMPRE SER OBSERVADA A FINALIDADE PARA A QUAL FOI EMITIDA.
EMITIDA EM, 16 DE OUTUBRO DE 2006.
COM VALIDADE ATÉ 14/04/2007.
VALIDA POR 180 DIAS DA DATA DA SUA EMISSAO.

PREVIDENCIA SOCIAL.A SEGURADORA DO TRABALHADOR BRASILEIRO.

**Prefeitura Municipal de Paracatu - MG****Secretaria da Administração**

ADMINISTRAÇÃO 2005/2008 - TODOS POR UMA NOVA PARACATU

Certidão Negativa de Débito

Nº 1149 / 2006

Dados do Contribuinte:

C.N.P.J.: 07.876.126/0001-73
Código: 914991
Contribuinte: FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DONA BEJA
Endereço: O, 172
Bairro: VILA MARIANA
Cidade: PARACATU
Estado: MG
CEP: 38600000

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em 08/12/2010

Finalidade da Certidão: Finalidades Diversas**Certidão Negativa:**

Certifico, para os devidos fins, que INEXISTEM DÉBITOS referentes a Tributos Municipais, inscritos ou não em Dívida Ativa, em nome do contribuinte acima citado, até a presente data.

Reserva-se o direito da Fazenda Municipal cobrar dívidas posteriormente apuradas mesmo as referentes a períodos compreendidos nesta CERTIDÃO.

A aceitação da presente certidão está condicionada a verificação de sua validade na internet no endereço: www.paracatu.mg.gov.br/atende, ou no setor tributário da Prefeitura Municipal.

Observação: Esta Certidão é válida somente para o contribuinte acima citado.



SECRETARIA DE ESTADO DA
FAZENDA DE MINAS GERAIS

REQUERIMENTO / CERTIDÃO DE DÉBITO

PROTOCOLO
das
Comunicações

Fls. 93
Rubrica
867360

SRF / PRF

AF

PROTOCOLO Nº 4701

AFIZ NIVEL PARACATU 16/10/06

TAXA EXP. RECOLHIDA PELO DAE Nº

DE

BANCO

REQUERENTE

NOME EMPRESARIAL / NOME

FUNDACÃO EDUCATIVA E CULTURAL D. MARIA BEA

RESPONSÁVEL

RUA/AV/PC/A

NOME DO LOGRADOURO

NÚMERO

COMPLEMENTO

Nº DE COMPL.

RUA

RUA "D"

172

MUNICÍPIO

ESTADO

CNPJ / MF

PARACATU

MG

07.876.126/0001-73

INSCRIÇÃO ESTADUAL

CPF

CONTR.

INSCRIÇÃO DE PRODUTOR RURAL

COD. ATIV. ECON.

FINALIDADE

APRESENTAÇÃO JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.

LOCAL

PARACATU, MG

DATA

16/10/2006

NOME DO SIGNATÁRIO

WILTON MENDES SANTANA

CARGO

ASSINATURA

Wilton M. Santana

IDENTIDADE

912014 SSP/DF

CERTIDÃO



NEGATIVA



POSITIVA



POSITIVA COM EFEITO DE CERTIDÃO NEGATIVA (VER RESSALVA)



NÃO CONSTA

CERTIFICAMOS QUE EM NOME DO REQUERENTE

DÉBITO, ATÉ A PRESENTE DATA, CONFORME O ABAIXO INDICADO.



CONSTA

É DE 60 (SESSENTA) DIAS O PRAZO DE VALIDADE DA PRESENTE CERTIDÃO

NÚMERO DO PTA

Nº INSC. DÍVIDA ATIVA

DATA DA INSCRIÇÃO

VALOR TOTAL DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

FASE DA COBRANÇA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 08/10/2006

RESSALVA: RESGUARDA-SE O DIREITO DA FAZENDA PÚBLICA VIR A CONSTITUIR NOVOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DA RESPONSABILIDADE DO REQUERENTE E QUE, ATÉ ESTA DATA, AINDA NÃO FORAM APURADOS OU LANÇADOS.

QUALQUER RASURA, BORRÃO OU EMENDA, ANULA A PRESENTE CERTIDÃO

CARIMBO DA REPARTIÇÃO FAZENDÁRIA

RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO

16-10-06

DATA

ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

MASP

HOMOLOGO

16-10-06

DATA

AUTORIDADE EXPEDIDORA

MASP





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal



CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DONA BEJA
CNPJ: 07.876.126/0001-73

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal (SRF) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz, refere-se exclusivamente à situação da pessoa jurídica no âmbito da SRF e da PGFN, sendo válida para a matriz e suas filiais.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 22/11/2005, alterada pela Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 19/05/2006.

Emitida às 11:38:01 do dia 16/10/2006 <hora e data de Brasília>.

Válida até 14/04/2007.

Código de controle da certidão: **8B86.9519.175B.7E7F**

Certidão emitida gratuitamente.

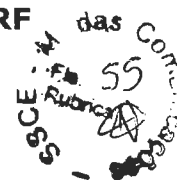
Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Modelo aprovado pela Portaria Conjunta PGFN/SRF/Nº 3, de 22/11/2005, alterada pela Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 19/05/2006.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em 08 / 12 / 2010



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF



Inscrição : 07876126/0001-73
Razão Social : FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DONA BEJA
Nome Fantasia : FUNDAÇÃO DONA BEJA
Endereço : RUA O 172 / VILA MARIANA / PARACATU / MG / 38600-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 13/10/2006 a 11/11/2006

Certificação Número: 2006101313070402133400

Formação obtida em 13/10/2006, às 13:07:04.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Em 08 / 12 / 2010

das Comu
56
Rubrica
SCE

FUNDAÇÃO DONA BEJA

DECLARAÇÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
F. 08, 12 12000
10

A Fundação Educativa e Cultural Dona Beja, cnpj 07.876.126/0001-73, com endereço para correspondência na Rua "O" nr 172 no bairro Vila Mariana, na cidade de Paracatu no Estado de Minas Gerais, CEP 38.600.000,

Por seu representante legal, declara junto ao Ministério das Comunicações que a mesma não possui balanço patrimonial e demonstração contábeis do ultimo exercício social, devido não haver movimentação financeira, uma vez que, a mesma teve a sua fundação neste exercício, ou seja, 13/03/2006.

Paracatu, 16 de Outubro de 2006

Atenciosamente

Wilton Mendes Santana

CPF 477.761.966-49

Presidente da Fundação Dona Beja.

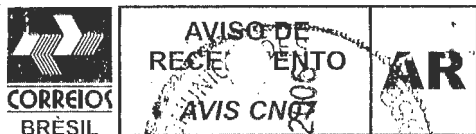
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS
Praça Firmina Santana, n.º 227, Centro - Fone: 38-3671 4597
Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s):
WILTON MENDES SANTANA *****
Paracatu, 16/10/2006 12:59:35 11339
Em tto da verdade
HONORIO SILVA MACHADO - TAB. SUBSTITUTO
Emolus. 2,30 - Recome: 0,14 - Tx Jud.: 0,27 Total: R\$ 2,71
AGM 22241

Em, 08 de 12 de 2010
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

NOME OU RAZÃO SOCIAL		DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE OF: 2.419/2006-COSUD/CGLO/DEOC/SC/MC A Fundação Educativa e Cultural Dona Beja Rua 'O' Nº 172 Bairro: Vila Mariana CEP: 38.600-000 Paracatu-MG Proc: 53000.071953/2006		NATURE DE L'ENVOI <input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ
ENDEREÇO / ADRES:		OUTORGA EDUCATIVA		
CEP / CODE POSTAL				
DECLARAÇÃO DE CONTEL				
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR Sora Franciele Gonçalves		DATA DE RECEBIMENTO DATE DE LIVRATION 13/10/2006		CARIMBO DE ENTREGA UNIDADE DE DESTINO BUREAU DE DESTINATION 23 OUT 2006 MG
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR				
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR		RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO SIGNATURE DE L'AGENT		
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS				



RB 2 9 3 5 7 2 5 0 8 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT
UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT AGENCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON		
13/10/06	26/10/06	19/10/06
12:40 h	13:15 h	12:10 h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO RETOUR	NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR	
	Serviço Público Federal	
	MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	
	Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO	Departamento de Gestão de Serviços	
	Esplanado dos Ministérios, Bloco K, Anexo B Sala 300-0	
	70044-000 - Brasília/DF	
CIDADE / LOCALITÉ	UF	BRASIL

--	--	--	--	--	--	--	--



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

INFORMAÇÃO N.º 3.45 2006/COSUD/CGLO/DEOC/SC

REFERÊNCIA : Processo nº 53000.071953/2006

INTERESSADA: FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DONA BEJA

ASSUNTO: Outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada com fins exclusivamente educativos.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Em 08 / 12 / 2010

1. **A FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DONA BEJA**, inscrita no CNPJ sob o nº 07.876,126/0001-73, com sede no Município de Paracatu, Estado de Minas Gerais, requer, nos presentes autos, outorga para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, com fins exclusivamente educativos, utilizando o Canal 247C, disponível no Plano Básico de Distribuição de Canais no Município de Paracatu/MG.

2. O Estatuto da entidade, registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas do Município de Paracatu/MG, sob os nº 0000003554, aprovado pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, preenche os requisitos do Código Civil e se encontra de acordo com a legislação específica de radiodifusão (fls.05-17 e 18-20).

3. De acordo com a Ata da Reunião Extraordinária dos membros da Fundação, datada de 12 de novembro de 2005, aprovada pelo Ministério Público, registrada no Primeiro Ofício de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, sob o nº 0000003553, foram eleitos os membros da Diretoria Executiva, para o quadriênio 2005/2009, cujo mandato findará em 12 de novembro de 2009, constituindo o seguinte quadro diretivo (fls. 04):

- DIRETOR PRESIDENTE - WILTON MENDES SANTANA
- DIRETOR VICE-PRESIDENTE - MURILO SANTANA PEREIRA
- DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO - VINÍCIUS SANTANA PEREIRA
- CONSELHO FISCAL - LAFAIETE PEREIRA LEITÃO
- CONSELHO FISCAL - SUELY MARIA SANTANA PEREIRA
- CONSELHO FISCAL - SARA FRANCIELE G. SANTANA
- SUPLENTE CONSELHO FISCAL - WILTON MENDES SANTANA

2

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 05 / 12 / 2010

4. O pedido encontra-se devidamente instruído com a documentação exigida, a saber:

- requerimento solicitando a outorga, assinado pelo representante legal da Fundação interessada (fls.02);
- cópia do Estatuto e suas alterações, devidamente registrados no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, constando, dentre seus objetivos, a execução dos serviços de radiodifusão, e contendo dispositivo declarando que o serviço será executado sem finalidade comercial, ou seja, com fins exclusivamente educativos e culturais (fls. 05-17);
- cópia autenticada do Ato de Eleição e posse dos diretores, devidamente registrado no órgão competente (fls. 04);
- comprovante de aprovação do Estatuto Social pelo Ministério Público (fls.18-20);
- declaração da interessada, firmada pelo seu representante legal, de que a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão e que, caso venha a ser contemplada com a outorga, não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967 (fls.48);
- declaração da Fundação, firmada pelo seu representante legal, de que esta possui recursos financeiros para o empreendimento (fls. 21);
- prova de inscrição da Fundação no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas-CNPJ (fls.03);
- prova de regularidade da Fundação relativa à Seguridade Social-INSS (fls. 51);
- prova de regularidade da Fundação relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço-FGTS (fls. 55);
- declaração da interessada, firmada pelo seu representante legal, de que a Fundação se compromete a cumprir as obrigações constantes da Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, bem como às exigências constantes da legislação específica de radiodifusão (fls.22-42);
- balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da Fundação (fls.56).

4.1. No que pertine à documentação dos membros do quadro diretivo Wilton Mendes Santana, Murilo Santana Pereira e Vinícius Santana Pereira:

Fls. 24, 25 e 26	Prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de 10 anos;	Regular
Fls. 23 e 39; 40; 41	Declaração de que não participam de outra executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão ou permissão, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/67;	Regular
Fl. 23 e 39; 40; 41	Declaração de que não estão no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargo ou função do qual decorra foro especial;	Regular
Fls. 33; 34 e 35	Prova de quitação com suas obrigações eleitorais, mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral.	Regular
Fls. 27; 30 e 36 Fls. 28; 31 e 37; Fls. 26; 29 e 38	Certidões negativas dos Cartórios Distribuidores Cíveis e Criminais e do de Protesto de Títulos dos locais de residência, nos últimos 5 (cinco) anos, bem assim, das localidades onde exercem ou exerceram, no mesmo período, atividades econômicas, emitidas ou revalidadas em data não superior a noventa dias anteriores à data marcada para abertura do recebimento da documentação e propostas.	Regular

5. O caráter personalíssimo das concessões/permissões, outorgadas pelo Governo Federal para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, determina a exigência de prévia autorização da autoridade competente para transferência da outorga deferida.

6. A outorga de concessão para executar Serviço de Radiodifusão com finalidade exclusivamente educativa, está admitida na Constituição Federal (letra "a" do inciso XII do artigo 21).

7. O § 1º, artigo 13, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31.10.1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24.12.1996, dispensa a publicação de edital para outorga de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos, **in verbis**:

"Art. 13 – O edital será elaborado pelo Ministério das Comunicações, observados, dentre outros, os seguintes elementos e requisitos necessários à formulação das propostas para a execução do serviço":

(...)

§ 1º – É dispensável a licitação para outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

8. Por sua vez, a Constituição Federal, em seu artigo 223, estabelece a competência ao Poder Executivo para outorgar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão e de sons e imagens e determina que o ato de outorga deverá ser apreciado pelo Congresso Nacional e somente produzirá efeitos legais após sua deliberação.

9. O deferimento da outorga pretendida não implicará em descumprimento dos limites fixados pelo Decreto-lei nº 236/67, quer quanto à entidade, quer quanto a seus diretores, conforme declarações.

10. A Fundação apresentou declaração, cujo teor a obriga a cumprir as obrigações constantes da Portaria Interministerial nº 651, de 15.04.1999, perante o Ministério das Comunicações.

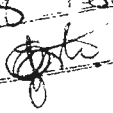
11. De acordo com os registros existentes neste Ministério, não há outros pedidos de outorga para o mesmo tipo de serviço para a localidade de Paracatu, no estado de Minas Gerais.

12. **Ante o exposto**, propomos novo encaminhamento destes autos à douta Consultoria Jurídica, objetivando nova análise daquele Órgão, a par das informações aqui prestadas.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 08/12/2010

Brasília, 30 de 10 de 2006.


GISLAYNE ROCHA MIRANDA
Advogada cedida
ECT – mat: 8012355-4

De acordo. À consideração do Senhor Coordenador-Geral de Regime Legal de Outorgas

Em, 30/10/06


VÂNIA RABELO
Coordenadora de Radiodifusão da Região Sudeste e Distrito Federal



De acordo. À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Em 30/10/2006

ANACLETO RODRIGUES CORDEIRO
Coordenador-Geral de Regime Legal de Outorgas

De Acordo. À consideração do Senhor Secretário de serviços de Comunicação Eletrônica

Em 30/10/06

CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Encaminhem-se os presentes autos à douta Consultoria Jurídica deste Ministério, para prosseguimento.

Em / /

JOAMILSON L. B. FERREIRA
Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

COSUD/Gislayne Miranda

SERVIÇO PUBL FCD
MINISTÉRIO DAS C MUNICA
CONFCP COM O ORIGINAL

m. 08 122 12060



**ADVOCACIA – GERAL DA UNIÃO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONSULTORIA JURÍDICA**



PARECER/MC/CONJUR/JSN/Nº 0323 - 1.07 / 2007

PROCESSO N.º: 53000.071953/2006

EMENTA: Outorga de permissão. Exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos. É dispensável a licitação para a outorga de serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos - art. 13, §1º do Decreto nº 52.795/63. Observância da legislação de regência. Os presentes autos estão devidamente instruídos. Não há óbice ao deferimento do pedido.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 08 / 12 / 2006

I – DO RELATÓRIO

1. Trata-se de requerimento formulado pela **FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DONA BEJA**, com sede no município de Paracatu, Estado de Minas Gerais, objetivando lhe seja outorgada permissão para executar Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com finalidade exclusivamente educativa, no referido município, mediante a utilização do canal 247 C.
2. O pedido foi objeto de análise pelo Departamento de Outorga de Serviços, da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério – DOS/SSCE/MC, nos termos da Informação n.º 345/2006/COSUD/CGLO/DEOC/SC, tendo aquele Departamento concluído pela devida instrução do feito e sugerido o envio do presente processo a esta Consultoria, para apreciação (fls. 58/62).
3. Vieram, pois, estes autos para análise desta Consultoria Jurídica.



ADVOCACIA – GERAL DA UNIÃO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONSULTORIA JURÍDICA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
08 / 12 / 2006
Assinatura: [assinatura]

II - DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS PARA A HABILITAÇÃO

4. Analisando o presente processo, verificou-se que a requerente satisfaz todas as exigências fixadas pela legislação de regência - o Decreto nº 52.795/63, o Decreto-lei nº 236/67, e a Portaria Interministerial nº 651/99, tendo juntado toda a documentação exigida.

5. Reexaminadas as peças que constituem os autos do presente processo, o pedido, sua documentação e os fundamentos jurídicos que determinaram a postura de deferimento adotada pelo DOS/SSCE/MC, conclui-se, igualmente, pelo deferimento do postulado, acrescentando que, de acordo com o § 1º do artigo 13 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/63, com a redação dada pelo Decreto nº 2.108/96, *“é dispensável a licitação para execução de serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos”*.

III – DA REGULARIDADE DO PROCEDIMENTO DE OUTORGA

6. Conforme demonstrado acima, a documentação instrutória referente à entidade e a seus diretores está completa, a outorga pretendida não implicará em descumprimento dos limites fixados pelo Decreto-lei nº 236/67 e pela Portaria Ministerial nº 651/99, consoante declarações de seus diretores (fls. 22, 42 e 48), restando, portanto, caracterizada a legalidade e a regularidade do presente procedimento.

7. Vale ressaltar, por pertinente, que, conforme informação constante da Informação nº 345/2006/COSUD/CGLO/DEOC/SC/MC (fls. 58/62), não consta no cadastramento de processos nenhuma outra entidade interessada na outorga em tela.

8. Assim, considerando a natureza jurídica do presente ato, o Exmo. Sr. Ministro de Estado das Comunicações, no exercício da sua competência discricionária, adotando apenas o critério de conveniência e oportunidade, entende que a referida entidade atenderá ao interesse público e ao fim previsto na legislação pertinente.



ADVOCACIA – GERAL DA UNIÃO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONSULTORIA JURÍDICA



IV – DA CONCLUSÃO

9. Estando cumpridas as praxes processuais no que se refere a análise técnico-jurídica da matéria, proponho o encaminhamento do processo, acompanhados de minutas dos atos próprios - Exposição de Motivos e Portaria- à consideração do Exmo Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autoridade competente para conhecer e decidir do pedido.

10. Posteriormente, a matéria deverá ser apreciada pelo Congresso Nacional, consoante dispõe o § 3º do art. 223 da Constituição, para que o ato de outorga possa produzir seus efeitos legais.

É o Parecer, que ora submeto à consideração superior.

Brasília, 08 de março de 2007.

Juliana Dos Santos Noronha
Juliana Dos Santos Noronha
Advogada Assistente/CONJUR

SERVICO PUBLICO FEDERAL
MINISTERIO DAS COMUNICACOES
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 08 / 12 / 2010

De acordo. À consideração do Sr. Consultor Jurídico.

Em 09/03/2007.

Maria da Glória Tuxi F. dos Santos
MARIA DA GLÓRIA TUXI F. DOS SANTOS

Coordenadora-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica

Aprovo. Encaminhem-se os autos ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, para decisão.

Em / /2007.

Marcelo Bechara de S. Hobaika
MARCELO BECHARA DE S. HOBAIKA
Consultor Jurídico

Aprova:
08/12/2010
Marcelo Bechara de S. Hobaika
Consultor Jurídico



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

BRASÍLIA - DF

SERVIÇO PÚBLICO

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

SEPROD/CONTROLE DE FOMENTO

11/09/2000 14:53

Em

08 12

1 200

TERMO DE COOPERAÇÃO MÚTUA QUE ENTRE SI

CELEBRAM A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE

MONTES CLAROS - UNIMONTES E A FUNDAÇÃO

EDUCATIVA E CULTURAL DONA BEJÁ, NA FORMA

ABAIXO.

A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - UNIMONTES, autarquia de regime especial do Estado de Minas Gerais, com sede na cidade de Montes Claros - Minas Gerais, no Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 22.675.359/0001-00, neste ato representado por seu Reitor, Professor PAULO CÉSAR GONÇALVES DE ALMEIDA, e a FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DONA BEJA, com sede na cidade de Paracatu/MG, Rua O, nº 172, Vila Mariana, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.876.126/0001-73, neste ato representada pelo seu Presidente, WILTON MENDES SANTANA, infra-assinado, resolvem celebrar o presente TERMO DE COOPERAÇÃO MÚTUA, sendo regido pela Lei nº 8.666, de 21/06/1993, alterada pela Lei nº 8.883, de 08/06/1994, convencionando as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Cooperação tem por objetivo a cessão de espaço na programação da radiodifusão com fins exclusivamente educativos, livremente de ônus por parte da UNIMONTES e da FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DONA BEJA.

I - A transmissão de programas educativos- culturais por parte destas, com o objetivo de orientar a sociedade sobre as ações educativas e treinamentos destinados a sensibilizar a população para os problemas de proteção, preservação, conservação e recuperação do meio ambiente.

II - Desenvolver programações destinadas a propiciar uma melhor qualidade de vida aos cidadãos, tendo como enfoque ações que garantam a revisão de valores e comportamentos para a transformação social necessária.

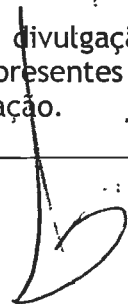

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS PERMISSÕES

Os programas a serem transmitidos no espaço cedido pela FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DONA BEJA e pela UNIMONTES se baseiam naqueles de conteúdos exclusivamente educativo - culturais.

I - Por programas de caráter educativo-culturais entendem-se aqueles que, além de atuarem conjuntamente com os sistemas de ensino de qualquer nível e modalidade, visem à educação básica e superior, à educação permanente e formação para o trabalho, além de abranger as atividades de divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional, sempre de acordo com os objetivos nacionais.

II - Os programas de caráter recreativo ou de divulgação desportiva poderão ser considerados educativo-culturais, se neles estiverem presentes elementos instrutivos ou enfoque educativo-culturais identificados em sua apresentação.

De acordo com o consultor Jurídico,
forneci - se aos autos
B315, 08/12/2000
Socorro



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
GABINETE DO REITOR



CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Cooperação entrará em vigor na data de sua assinatura e vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser alterado por meio de termos aditivos.

CLÁUSULA QUARTA - DA RESCISÃO

O presente Termo de Cooperação pode ser rescindido a qualquer tempo por uma das partes, desde que o interessado externar formalmente a sua intenção nesse sentido, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data em que, pretenda, sejam as atividades que constituem objeto deste Termo de Cooperação encerradas.

CLÁUSULA QUINTA

Este CONVÊNIO pode ser rescindido, por comum acordo entre as partes, mediante notificação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, independente do prazo de vigência, ainda na ocorrência dos seguintes motivos:

- I - inadimplemento de qualquer de suas cláusulas;
- II - pela superveniência de norma legal ou evento que o torne material ou formalmente inexecutável.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Montes Claros/MG para dirimir as questões oriundas deste CONVÊNIO, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e concordantes, assinam as partes o presente Termo de Cooperação em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, que também o subscrevem, para todos os efeitos jurídicos e legais.

Montes Claros, 27 de setembro de 2010.



Professor Wilton Mendes Santana

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL DONA BEJA

Professor Paulo César Gonçalves de Almeida
REITOR DA UNIMONTES

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em 08/12/2010

TESTEMUNHAS:

1ª *Prof. Dr. Lúcio*

CPF: 285364811-53

2ª *Montes*

CPF: 317644361-72

Tabelionato do 1º Ofício de notas

Tabelião: Adailton Silva - Substitutos: Honório Silva Machado / Luciana Pimentel Barbosa Oliveira
Praça Firmina Santana, 227 - Paracatu-MG - CEP: 38600-000 - Fone: (38) 3471-4597 - email: primeirooficioparu@gmail.com

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s):

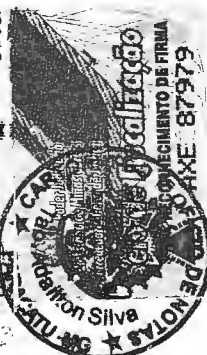
WILTON MENDES SANTANA *****

Paracatu, 27/09/2010 14:37:58 17904

Em testemunho da verdade

LUCIANA PIMENTEL BARBOSA OLIVEIRA - TAB. SUBSTITUT

Emol:R\$2,78 Recone:R\$0,17 Tx Jud.:R\$0,92 Total:R\$3,87



Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Publicado no D.O.U. em
08/12/2010
Seção 1 Página 54
7/10/10
Rubrica



PORTARIA N.º 1253, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 13, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.071953/2006, e do PARECER/MC/CONJUR/JSN/Nº 0323 - 1.07 / 2007, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DONA BEJA para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Paracatu, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ARTUR ELARDI LEITE
Ministro de Estado das Comunicações

MC EM



Brasília, de de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo n.º 53000.071953/2006, de interesse da FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DONA BEJA, objeto de permissão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Paracatu, Estado de Minas Gerais.
2. De acordo com o art. 13. § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto n.º 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.
3. Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.
4. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE
Ministro de Estado das Comunicações



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
COORDENAÇÃO GERAL DE REGIME LEGAL DE OUTORGA

DESPACHO Nº 3587/2010-CGLO/ DEOC/ SCE/ MC.

Ref. Processo nº: 53000.071953/2006

Entidade: FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DONA BEJA

Tendo em vista a outorga deferida à FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DONA BEJA, para executar, sem direito de exclusividade, pelo prazo de dez anos, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais, conforme Portaria nº 1253, de 08 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial em 08 de dezembro de 2010, e consoante o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o presente, em cópia autenticada ao Gabinete da Consultoria Jurídica, para enviar à Presidência da República.

Atenciosamente,

Brasília, 8 de dezembro de 2010


ANACLETO RODRIGUES CORDEIRO
Coordenador Geral de Regime Legal de Outorga



PORTARIA Nº 1372 , DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria MC nº 1.253, de 2 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 8 de dezembro de 2010, Seção I, página 54.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE



Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

CONFORME PORTARIA Nº 336 DE 11 DE JULHO DE 2003

REQUERIMENTO DE VISTA, CÓPIAS ~~REPRODUÇÃO~~ DE PROCESSOS E DOCUMENTOS

Considerando o interesse em informações relativas ao Processo de: () Outorga, () Pós-Outorga ou () Acompanhamento e Avaliação, solicito, junto ao atual responsável da unidade na qual o processo se encontra:

- () Vista do Processo;
(X) Cópias dos autos do Processo - folhas ____ à folhas ____;
() Certidão do Processo;

Processo nº 53000/071953/2006-12 Fund Cultural Dona Beja

Ativo ao Serviço de: () Rádio Comunitária / () Rádio/TV Educativa / () Rádio/TV Comercial / () RTV / () SARC

Nome do interessado: Sofante R. Lúcio

Endereço completo: SCUN 402 BL A AP 119

CEP: 085364811-53 UF/Município: PARACATU

Telefones: 061 81594580

Motivação da solicitação e da afirmação da qualidade de interessado: ARQUIVO PARA A FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DO PRETO JONA BEJA

O interessado deverá assinalar a sua qualificação, considerando os itens abaixo e ainda, deverá comprovar a sua condição por meio de documento a ser anexado a esta solicitação antes da realização de vista, reprodução da cópia (prazo 5 dias) ou solicitação da certidão (prazo 5 dias). Podem requerer vista, certidões e cópias de processos e documentos interessados, nos termos da Lei 9.784 de 1999, conforme a seguir especificado:

- () I - Pessoas físicas ou jurídicas, que os tenham dado início como titulares de direitos ou interesses individuais em no exercício do direito de representação*;
() II - Pessoas físicas ou jurídicas, ou os seus representantes legais, que, mesmo sem os terem iniciado, possam ter direitos ou interesses afetados por decisões deles proferidas ou a serem adotadas*;
() III - As Organizações ou as Associações representativas, em defesa de direitos e interesses coletivos**;
() IV - As pessoas ou as Associações legalmente constituídas ou seus representantes legais, em defesa de direitos e interesses difusos**;

* Representantes Legais / Procuradores - Anexar cópia da Identidade e Cópia de Procuração válida ou Cópia da OAB;

** Organizações/Associações representativas - Anexar cópia de documento que comprove a condição de representação do interesse alegado;

Brasília, 21 de Dezembro de 2006.

Sofante R. Lúcio
Assinatura do Solicitante

Em atenção à solicitação apresentada e após averiguação da qualificação de interessado, anexo a devida comprovação junto a este requerimento, providenciarei, na presente data, todos os atos necessários à realização do processo.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Assinatura e Matrícula/Siape do Servidor responsável pela autorização do requerido

ASSINATURA

MATRÍCULA

08093423

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS TRANSPORTAÇÕES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTAÇÃO
CARTEIRA NACIONAL DE TRANSPORTAÇÃO

NOME
LAFARTE PEREIRA LEITAO

DOC. IDENTIDADE / RG EMISSOR UF
281871 SSP

CPF
085.364.811-53

DATA DE NASCIMENTO
15/12/1953

FILIAÇÃO
NAO DECLARADO
OLIMPIA PEREIRA LEITAO

PERMISSÃO
ACC
CALHAR
B

Nº REGISTRO
01611238065

VALIDADE
19/05/2013

1ª HABILITAÇÃO
14/12/2000

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
PARACATU, MG

DATA EMISSÃO
30/07/2008

ASSINATURA DO EMISSOR
Oliveira Santiago Marciel
Chefe Detran / MG

45777016855
MG945283482

DETRAN-MG (MINAS GERAIS)

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
008899422

PROIBIDO PLASTIFICAR
008899422

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 21/05/2013

[Assinatura]

08093423

MATRÍCULA



Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
CONFORME PORTARIA Nº 336 DE 11 DE JULHO DE 2003
REQUERIMENTO DE VISTA, CÓPIAS ~~E CERTIDÃO~~ DE PROCESSOS E DOCUMENTOS

Considerando o interesse em informações relativas ao Processo de: () Outorga, () Pós-Outorga ou () Acompanhamento e Avaliação, solicito, junto ao atual responsável da unidade na qual o processo se encontra:

- () Vista do Processo;
(X) Cópias dos autos do Processo - folhas ____ à folhas ____;
() Certidão do Processo;

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 21/05/2013

Processo nº 53000.071953/2006-12

Relativo ao Serviço de: () Rádio Comunitária / (X) Rádio/TV Educativa / () Rádio/TV Comercial / () SARC

Nome do interessado: LADILETE PEREIRA LEITAO

Endereço completo: SCLN 402 BL A APT 119

CEP: UF/Município: BRASÍLIA - DF

Telefones: 81594580

Motivação da solicitação e da afirmação da qualidade de interessado: REVER PADREIRO DE OUTORGA

O interessado deverá assinalar a sua qualificação, considerando os itens abaixo e ainda, deverá comprovar a sua condição por meio de documento a ser anexado a esta solicitação, antes da realização de vista, reprodução da cópia (prazo 5 dias) ou solicitação da certidão (prazo 5 dias). Podem requerer vista, certidões e cópias de processos e documentos interessados, nos termos da Lei 9.784 de 1999, conforme a seguir especificado:

- () I - Pessoas físicas ou jurídicas, que os tenham dado início como titulares de direitos ou interesses individuais em no exercício do direito de representação*;
() II - Pessoas físicas ou jurídicas, ou os seus representantes legais, que, mesmo sem os terem iniciado, possam ter direitos ou interesses afetados por decisões não proferidas ou a serem adotadas*;
() III - As Organizações ou as Associações representativas, em defesa de direitos e interesses coletivos**;
() IV - As pessoas ou as Associações legalmente constituídas ou seus representantes legais, em defesa de direitos e interesses difusos**;

* Representantes Legais / Procuradores - Anexar cópia da Identidade e Cópia de Procuração válida ou Cópia da OAB;

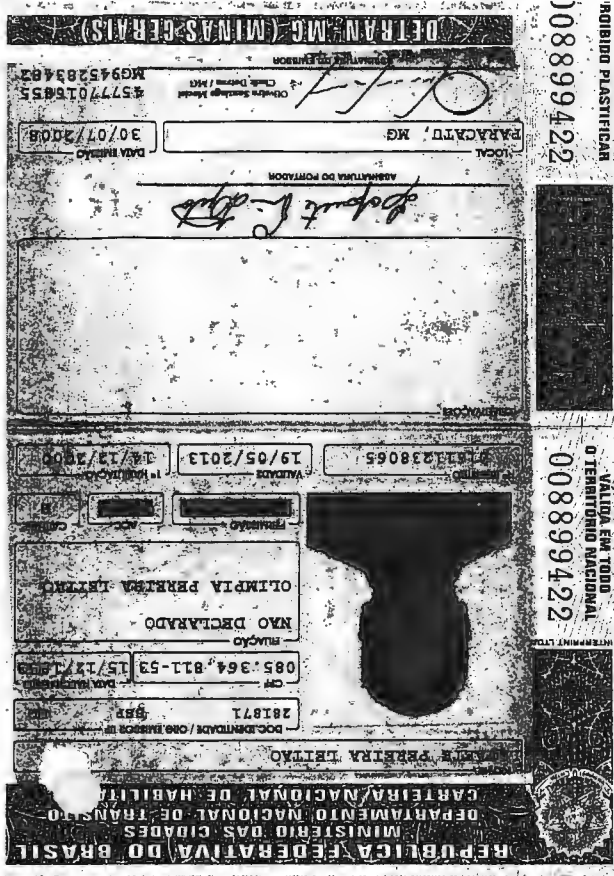
** Organizações/Associações representativas - Anexar cópia de documento que comprove a condição de representação do interesse alegado;

Brasília, 29 de JANEIRO de 2013

Assinatura do Solicitante

Em atenção à solicitação apresentada e após averiguação da qualificação de interessado, anexo a devida comprovação junto a este requerimento, providenciado, na presente data, todos os atos necessários à realização do requerido.

Assinatura e Matrícula/Siape do Servidor responsável pela autorização do requerido.



EM 21 05 2013

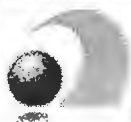
ASSISTANT

MATRÍCULA



Ministério das Comunicações

Destaque do Governo

**ANATEL**Agência Nacional
de Telecomunicações

VILANEY JACOMO DE SOUSA

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD » » Consultas » » Geral | internet | tela | menu | ajuda

Tela Inicial | **Resultado de Consulta**

Consulta Geral FM

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação
<u>243</u>	LENE RADIODIFUSAO LTDA	MG	Paracatu	FM	3	M
<u>247 E</u>		MG	Paracatu	FM	0	

Usuário: anatel\vilane - VILANEY JACOMO DE SOUSA

Data: 10/02/2011

Hora: 15:44:31

Registro 1 até 2 de 2 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 21/05/2013
ASSINATURA
08093423
MATRÍCULA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Nota Técnica nº 3003/2011/CGLO/DEOC/SCE-MC

Assunto: **Portaria de outorga revogada.**

Referência: Processo nº 53000.071953/2006

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM ORIGINAL
EM 21/05/2013
ASSINATURA
08093423
MATRÍCULA

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A entidade Fundação Educativa e Cultural Dona Beja, referente ao processo nº 53000.071953/2006, obteve a outorga para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais, cujo ato foi aprovado pela Portaria nº 1253, de 2 de dezembro de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de dezembro de 2010.

ANÁLISE

2. Durante a análise da documentação, restou verificado que foi publicada a Portaria nº 1.253, de 2 de dezembro de 2010, que trata da outorga para a execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Paracatu, Estado de Minas Gerais.

3. Porém, no Diário Oficial da União em 21 de dezembro de 2010 foi publicada a Portaria nº 1.372, de 20 de dezembro de 2010, sendo que o assunto foi a revogação da Portaria que aprovou a outorga citada anteriormente.

4. Em virtude da Portaria que revogou a outorga e da mudança da norma sobre o procedimento para outorgas dos serviços de radiodifusão com finalidade educativa (Portaria MC nº 420/2011), faz-se mister o indeferimento do pedido de outorga, constante dos autos, bem assim de sua remessa ao Arquivo.

CONCLUSÃO

5. Em razão do exposto, opinamos pelo indeferimento do pedido de outorga em questão e pelo encaminhamento dos autos ao Serviço de Guarda de Documentos – SERDO, para arquivamento, mediante a prévia comunicação, via ofício, à entidade interessada.

À consideração superior.


Brasília, 28 de outubro de 2011.



JORDANA BRITO AZEREDO

Analista da Coordenação de Outorgas e Consignação de Canais


De acordo. À consideração da Senhora Coordenadora-Geral de Regime Legal de Outorgas.



Brasília, 28 de outubro de 2011.

ANA PATRÍCIA SERRANO ALÉSCIO CAMPOS
Coordenadora de Outorgas e Consignação de Canais

De acordo. À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica.




Brasília, 28 de outubro de 2011.

VÂNEA RABELO

Coordenadora-Geral de Regime Legal de Outorgas

De acordo. À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

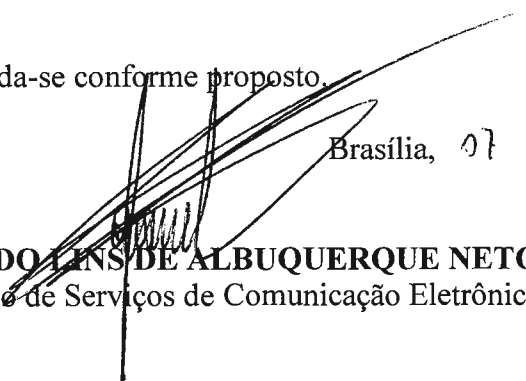


Brasília, 1 de novembro de 2011.

DERMEVAL DA SILVA JÚNIOR

Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

De acordo. Proceda-se conforme proposto.



Brasília, 07 de novembro de 2011.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO
Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica



78
E

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo – Ala Oeste sala 215 70044-900 - Brasília – DF
(61) 3311-6281

Ofício nº 2904/2011/ CGLO/DEOC/SCE-MC

Brasília, 07 de novembro de 2011.

Ao

Representante Legal da Fundação Educativa e Cultural Dona Beja

Rua “O” nº 172 – bairro Vila Mariana
38.600-000 Paracatu – MG

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMPETEÇÃO ORIGINAL
EM 21.05.2013

Assunto: **Portaria de outorga revogada (Processo nº 53000.071953/2006)**

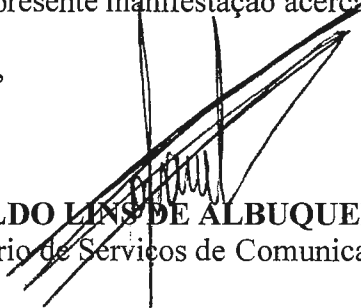
08093423
MATRÍCULA

Senhor Representante Legal,

1. Relativamente ao pedido de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais, constante dos presentes autos, deferido por meio da Portaria nº 1.253, de 2 de dezembro de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de dezembro de 2010, cujo ato de outorga foi revogado, em conformidade com a Portaria nº 1.372, de 20 de dezembro de 2010, DOU de 21 de dezembro de 2010, notifico essa entidade da decisão de indeferimento do presente pleito, em razão da mudança da norma sobre o procedimento para outorga do serviço de radiodifusão com finalidade educativa, Portaria MC nº 420/2011, nos termos da Nota Técnica nº 3003/2011/CGLO/DEOC/SCE-MC.

2. Por último, em cumprimento ao que dispõe o art. 59, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, concedo o prazo de 30 (trinta) dias, contado do recebimento desse ofício, para que, querendo, essa entidade apresente manifestação acerca da decisão proferida.

Atenciosamente,


GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO
Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE		
Nº _____ OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE		
ENDEREÇO / ADR	OF: 2908/2011/CGLO/DEOC/SCE-MC A SUA EXCELÊNCIA O SENHOR AO REPRESENTANTE LEGAL DA FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DONA BEIJA Rua "O" nº 172 – Bairro Vila Mariana Cep: 38600-000 Paracatu - MG	4092
CEP / CODE POSTAL	Processo: 53000.071953/2006 Portaria de outorga revogada - FM	
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO		O / NATURE DE L'ENVOI PRA / PRIORITAIRE
		<input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR	DATA DE RECEBIMENTO DATE DE LIVRATION	CARIMBO DE ENTREGA UNIDADE DE DESTINO BUREAU DE DESTINATION
<i>Domício Marcos da Silva</i>	01/12/11	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR		
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT	
	<i>293.518.9</i>	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO		

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 166 mm

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 21/05/2013
[Assinatura]
ASSINATURA
08093423
MATRÍCULA



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

RJ 92506884 2 BR

AVIS CNOT

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

PREENCHER COM LETRA DE FÔNC

NOME OI

ENDEREI

CIDADE /

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

Serviço Público Federal
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços
Esplanada dos Ministérios, Bloco "R", Anexo "B", Sala 319-O
Cep: 70044-900 Brasília - DF

UF

BRASIL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 21/05/2013

ASSINATURA

MATRÍCULA



Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
CONFORME PORTARIA Nº 336 DE 11 DE JULHO DE 2003
REQUERIMENTO DE VISTA, CÓPIAS E CERTIDÕES DE PROCESSOS E DOCUMENTOS



Considerando o interesse em informações relativas ao Processo de: () Outorga, () Pós-Outorga ou () Acompanhamento e Avaliação, solicito, junto ao atual responsável da unidade na qual o processo se encontra:

☒ Vista do Processo; 53000071953/2006
() Cópias dos autos do Processo - folhas ____ à folhas ____;
() Certidão do Processo;

☒ Processo nº 53000071953/2006

Relativo ao Serviço de: () Rádio Comunitária / () Rádio/TV Educativa / () Rádio/TV Comercial / () RTV / () SARC

☒ Nome do interessado: LAFAIETE PEREIRA LEITAO

Endereço completo: _____

CEP: _____

UF/Município: _____

☒ Telefones: 038 91277891

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Motivação da solicitação e da afirmação da qualidade de interessado: _____

ASSINATURA

MATRÍCULA

O interessado deverá assinalar a sua qualificação, considerando os itens abaixo e ainda, deverá comprovar a sua condição por meio de documento a ser anexado a esta solicitação antes da realização de vista, reprodução da cópia (prazo 5 dias) ou solicitação da certidão (prazo 5 dias). Podem requerer vista, certidões e cópias de processos e documentos interessados, nos termos da Lei 9.784 de 1999, conforme a seguir especificado:

- () I - Pessoas físicas ou jurídicas, que os tenham dado início como titulares de direitos ou interesses individuais ou no exercício do direito de representação*;
() II - Pessoas físicas ou jurídicas, ou os seus representantes legais, que, mesmo sem os terem iniciado, possam ter direitos ou interesses afetados por decisões neles proferidas ou a serem adotadas*;
() III - As Organizações ou as Associações representativas, em defesa de direitos e interesses coletivos**;
() IV - As pessoas ou as Associações legalmente constituídas ou seus representantes legais, em defesa de direitos e interesses difusos**;

* Representantes Legais / Procuradores - Anexar cópia da Identidade e Cópia de Procuração válida ou Cópia da OAB;

** Organizações/Associações representativas - Anexar cópia de documento que comprove a condição de representação do interesse alegado;

Brasília, _____, de _____, de 200__;

☒ Lafaiete P. Leito
Assinatura do Solicitante

24/04/2013

Em atenção à solicitação apresentada e após averiguação da qualificação de interessado, anexando a devida comprovação junto a este requerimento, providenciarei, na presente data, todos os atos necessários à realização do requerido.

✓

Assinatura e Matrícula/Siape do Servidor responsável pela autorização do requerido

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE HABITACAO
 CATEGORIA NACIONAL DE TRANSITO

082 364 811-53 15/12/1953
 NAO DECLARADO
 OLIMPIA PEREIRA LEITAO

008899422
 VALIDA EM TODOS
 O TERRITORIO NACIONAL

PROIBIDO PLASTIFICAR
 008899422

DETRAN-MG-QUINAS-GERAIS

PARAGUAY, MG

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
 CONFERE COM O ORIGINAL

EM 21/05/2013

SIGNATURA

MATRICULA

28093423



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA - CGCE

CONJUR - M. das Comunicações
16.
Rubrica

NOTA Nº 134/23.3/2013/RPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU

PROCESSO Nº 53.000.021761/2011-22.

INTERESSADO: Fundação Educativa e Cultura Dona Beja.

ASSUNTO: Mandado de Segurança nº 16.616/DF (2011/0084277-4), impetrado pela entidade Fundação Educativa e Cultura Dona Beja. Segurança concedida, determinando a anulação da Portaria n.º 1.372, de 20/12/2010, por ausência de motivação.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 21/05/2013
ASSINATURA
28093423
MATRÍCULA

Senhora Coordenadora,

1. O Eg. Superior Tribunal de Justiça, por conduto do Ofício n.º 0000212/2013-CD15, encaminhou ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações cópia da decisão de mérito proferida por sua Primeira Seção no Mandado de Segurança nº 16.616/DF, impetrado pela entidade Fundação Educativa e Cultura Dona Beja.

2. A Impetrante ajuizou o Mandado de Segurança, protocolado sob o número 16.616/DF no Superior Tribunal de Justiça, com a pretensão de que lhe fosse concedida liminar e segurança para que fosse concedida ordem determinando a anulação da Portaria n.º 1.372, publicada no Diário Oficial da União aos 21 de dezembro de 2010, da lavra do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, em referência ao processo administrativo n.º 53.000071953/2006, por suposta ausência de motivação.

3. Consoante se pode inferir do voto do Excelentíssimo Senhor Ministro Relator, a segurança restara concedida por ter entendido que a referida Portaria fora publicada sem qualquer motivação, nos termos abaixo reproduzidos:

"(...)

Assim, tenho que a ausência de emotivação para revogar a permissão anteriormente concedida fere o direito líquido e certo da impetrante, estabelecido na Portaria n.º 1.253 e condicionada à deliberação do Congresso Nacional, de executar o serviço de radiodifusão sonora no Município de Paracatu/MG.

Ante o exposto, concedo a segurança para anular a Portaria 1.372, de 20/12/2010, por ausência de motivação."

4. Em Certidão de Julgamento exarada pela Primeira Seção daquele Colendo Superior Tribunal de Justiça (fl. 191), àquela d. Seção proferiu acórdão concedendo a segurança requestada, à unanimidade, acompanhando os termos do voto do Excelentíssimo Senhor Ministro Relator.

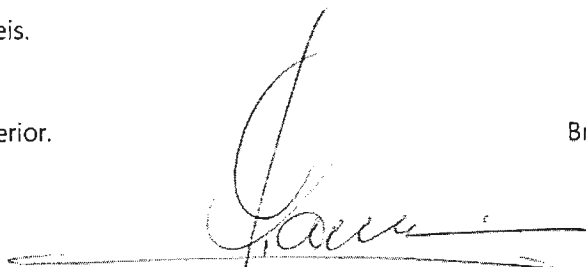
5. Tendo em vista que o § 3º do artigo 14 da Lei n.º 12.016/2009 autoriza a execução provisória das sentenças concessivas de segurança nos casos em que não for vedada a concessão da medida liminar, como é o caso dos autos ora sob apreço, temos que o processo deve ser encaminhado ao Gabinete do Senhor Ministro para que seja providenciado o cumprimento da decisão judicial, com a anulação da Portaria n.º 1.372, de 20/12/2010 e o consequente prosseguimento dos atos praticados no processo administrativo n.º 53.000021761/2011-22, antes da respectiva publicação da Portaria tida por ilegal.

6. Após, restitua-se o processo a esta Consultoria Jurídica, até o dia 10.04.2013, devidamente instruído com cópia dos comprovantes do cumprimento da respectiva obrigação de fazer.

7. Por derradeiro, ressalto que, de acordo com o disposto no Art. 26. da lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009 constitui crime de desobediência, nos termos do art. 330 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940, o não cumprimento das decisões proferidas em mandado de segurança, sem prejuízo das sanções administrativas e da aplicação da Lei no 1.079, de 10 de abril de 1950, quando cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 04 de abril de 2013.



RODRIGO PICANÇO FACCI
Advogado da União





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA - CGCE

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

DESPACHO Nº 1388/SJL/2013/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU

21/05/2013

PROCESSO Nº 53.000.021761/2011-22.

INTERESSADO: Fundação Educativa e Cultura Dona Beja.

SINASSINATURA

08093423

MATRICULA

ASSUNTO: Mandado de Segurança nº 16.616/DF (2011/0084277-4), impetrado pela entidade Fundação Educativa e Cultura Dona Beja. Segurança concedida, determinando a anulação da Portaria n.º 1.372, de 20/12/2010, por ausência de motivação.

Aprovo a **NOTA Nº 134/23.3/2013/RPF/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU.**

Encaminhem-se os autos ao Senhor Consultor Jurídico.

Brasília, 09 de abril de 2013.

Socorro Janaina M. Leonardo

Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Radiodifusão Educativa e Comunitária

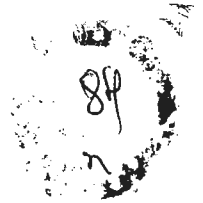
rpj

Esplanada dos Ministérios, Bloco "R" – sala 920 – CEP 70.044-900 – Brasília - DF

Telefones: (61) 3311-6535/3311-6196

Fax: (61) 3311-6602

Email: conjur@mc.gov.br



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

GABINETE DA CONSULTORIA JURÍDICA

DESPACHO Nº 1389/2013/JFB/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 21/05/2013

PROCESSO Nº 53.000.021761/2011-22.

INTERESSADO: Fundação Educativa e Cultura Dona Beja.

ASSUNTO: Mandado de Segurança nº 16.616/DF (2011/0084277-4), impetrado pela entidade Fundação Educativa e Cultura Dona Beja. Segurança concedida, determinando a anulação da Portaria n.º 1.372, de 20/12/2010, por ausência de motivação.

ASSINATURA
08093423

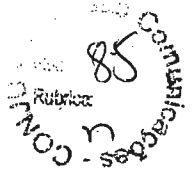
Aprovo o DESPACHO Nº 1388/2013/SJL/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, que aprovou a NOTA Nº 134/23.3/2013/RPF/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU.

Encaminhem-se os autos ao Gabinete do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, acompanhados de Minuta de Despacho, para ciência e adoção das medidas de estilo.

Brasília, 8 de abril de 2013.


José Flávio Bianchi
Consultor Jurídico

rp/



Ofício n. 000212/2013-CD1S

Brasília, 25 de março de 2013.

MANDADO DE SEGURANÇA n. 16616/DF (2011/0084277-4)
RELATOR : MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
IMPETRANTE : FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DONA BEJA
IMPETRADO : MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES
INTERES. : UNIÃO

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASILIA - DF
53000 015187/2013-71
SED00DIEXP/COGCOM

Senhor Ministro de Estado,

Em cumprimento ao Artigo 13 da Lei nº 12.016/2009, encaminho a Vossa Excelência cópia do teor do acórdão proferido pela Primeira Seção deste Tribunal nos autos do processo em epígrafe, publicado no Dje de 25 de março de 2013.

Atenciosamente,

Ministro Castro Meira
Presidente Primeira Seção

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 21 05 2013
ASSINATURA
MATRÍCULA 88093423

Exmo. Sr.
Paulo Bernardo Silva
Ministério das Comunicações
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 8º andar
70044-900 Brasília – DF



Superior Tribunal de Justiça

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 16.616 - DF (2011/0084277-4)

RELATOR : MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
IMPETRANTE : FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DONA BEJA
ADVOGADO : JOSÉ SOUTO JÚNIOR E OUTRO(S)
IMPETRADO : MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES
INTERES. : UNIÃO

EMENTA

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. RADIODIFUSÃO. REVOGAÇÃO DE OUTORGA ANTERIORMENTE CONCEDIDA. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO. NULIDADE. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. SEGURANÇA CONCEDIDA.

1. O ato administrativo requer a observância, para sua validade, dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência, previstos no *caput* do art. 37 da Constituição Federal, bem como daqueles previstos no *caput* do art. 2º da Lei 9.784/99, dentre os quais os da finalidade, razoabilidade, motivação, segurança jurídica e interesse público.

2. A Lei 9.784/99 contempla, em seu art. 50, que os atos administrativos deverão ser motivados, com a indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, de forma explícita, clara e congruente, nas hipóteses de anulação, revogação, suspensão ou de sua convalidação (art. 50, VIII, e § 1º, da Lei 9.784/99).

3. No caso em exame, após a conclusão do Processo Administrativo 53000.071953/2006, que se iniciou em 25/8/06, a autoridade impetrada editou em 2/12/10 a Portaria 1.253 outorgando permissão à impetrante de executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Paracatu/MG, condicionada à deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

4. Fere o direito líquido e certo da impetrante a revogação de portaria que lhe outorgara a permissão de executar o serviço de radiodifusão sonora, sem nenhuma motivação, ato ou processo administrativo que justifique os motivos pelos quais não poderia mais executar o serviço anteriormente deferido.

5. Segurança concedida.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

EM 21.05.2013

ACÓRDÃO

ASSINATURA

08093473

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da PRIMEIRA SEÇÃO do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, conceder a segurança, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Humberto Martins, Herman Benjamin, Napoleão Nunes Maia Filho, Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Diva Malerbi (Desembargadora

Superior Tribunal de Justiça

convocada do TRF da 3a. Região) e Ari Pargendler votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 13 de março de 2013(Data do Julgamento)

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
Relator



Superior Tribunal de Justiça



MANDADO DE SEGURANÇA Nº 16.616 - DF (2011/0084277-4)

RELATOR : MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA
IMPETRANTE : FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DONA BEJA
ADVOGADO : JOSÉ SOUTO JÚNIOR E OUTRO(S)
IMPETRADO : MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES
INTERES. : UNIÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

RELATÓRIO

EM 21/05/2013

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA:

ASSINATURA

Trata-se de mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado pela FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DONA BEJA, em desfavor do MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES.

Insurge-se a impetrante contra a publicação da Portaria MC 1.372, de 20 de dezembro de 2010, que revogou a Portaria MC 1.253, de 2 de dezembro de 2010, ambas de atribuição do Ministro de Estado das Comunicações.

Afirma que a autoridade apontada como coatora não mais detinha competência para revogar a Portaria MC 1.253, que lhe outorgara permissão para executar o serviço de radiodifusão sonora pelo prazo de dez anos, no Município de Paracatu/MG (fl. 5e).

Sustenta, ainda, que o ato de revogação se deu sem nenhuma motivação por parte da autoridade coatora, o que contraria os princípios que norteiam a Administração Pública, previstos no art. 37 da Constituição Federal, bem como viola o art. 50 da Lei 9.784/99.

Aduz que o *fumus boni juris* encontra-se presente, uma vez que o ato do Ministro de Estado das Comunicações que revogou a portaria que concedia a outorga para radiodifusão na cidade de Paracatu, sem nenhuma motivação, impôs grave dano à impetrante, violando seu direito líquido e certo (fl. 11e).

Quanto ao *periculum in mora*, salienta "a presença do perigo na demora de decisão que venha por fim ao malsinado ato praticado pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado das Comunicações, considerando que é latente a presença de ilegalidade na feitura do mesmo, não se justificando em nada deixar que este ato lesivo perdure no tempo causando danos de forma desnecessária" (fl. 11e).

Requer, assim, "seja concedida liminar determinando a autoridade coatora que proceda de imediato com a elaboração e publicação de portaria determinando a suspensão dos efeitos da portaria do ministério das comunicações de nº 1372 de 20 de dezembro de 2010, publicada no diário oficial da união na data de 21 de dezembro de 2010, referente ao processo administrativo 53000.071953/2006" (fl. 12e). No mérito, pugna pela declaração da nulidade da Portaria MC 1.372 de 21/12/10.

Superior Tribunal de Justiça

O pedido liminar foi indeferido às fls. 95/96e.

Notificado, o MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES prestou informações. Sustenta, inicialmente, que, "compulsando-se os autos do processo nº 53000.071953/2006, consta a Portaria nº 1372, de 20 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 21 de dezembro de 2010, na qual o Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações, José Artur Filardi Leite, revogou o ato de outorga. Todavia, não consta do referido ato administrativo o motivo da revogação, bem como não há qualquer ato administrativo anterior embasando a mencionada Portaria de revogação de outorga" (fl. 104e).

Aduz, em síntese, que: a) ao contrário do alegado pela impetrante, o seu processo administrativo foi revogado antes de ser encaminhado à Presidência da República; b) o Processo Administrativo 53000.071953/2006 necessita de ratificação do Congresso Nacional para sua validade, nos termos do art. 223 da Constituição Federal; e c) "ainda que tivesse ocorrido o encaminhamento do processo de outorga para a Presidência da República, tal fato não impede a possibilidade de um Ministro de Estado, nos limites de suas atribuições, poder rever seu ato, seja por ilegalidade (anulação), seja por motivo de conveniência e oportunidade (revogação), situações estas que muitas vezes são constatadas ou só ocorrem após o ato de outorga" (fls. 102/182e).

O Ministério Público Federal, por meio de parecer exarado pelo Subprocurador-Geral da República ELÁVIO GIRON, opina pela denegação da ordem (fls. 185/188e).

É o relatório.

Superior Tribunal de Justiça



MANDADO DE SEGURANÇA Nº 16.616 - DF (2011/0084277-4)

EMENTA

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. RADIODIFUSÃO. REVOGAÇÃO DE OUTORGA ANTERIORMENTE CONCEDIDA. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO. NULIDADE. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. SEGURANÇA CONCEDIDA.

1. O ato administrativo requer a observância, para sua validade, dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência, previstos no *caput* do art. 37 da Constituição Federal, bem como daqueles previstos no *caput* do art. 2º da Lei 9.784/99, dentre os quais os da finalidade, razoabilidade, motivação, segurança jurídica e interesse público.

2. A Lei 9.784/99 contempla, em seu art. 50, que os atos administrativos deverão ser motivados, com a indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, de forma explícita, clara e congruente, nas hipóteses de anulação, revogação, suspensão ou de sua convalidação (art. 50, VIII, e § 1º, da Lei 9.784/99).

3. No caso em exame, após a conclusão do Processo Administrativo 53000.071953/2006, que se iniciou em 25/8/06, a autoridade impetrada editou em 2/12/10 a Portaria 1.253 outorgando permissão à impetrante de executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Paracatu/MG, condicionada à deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

4. Fere o direito líquido e certo da impetrante a revogação de portaria que lhe outorgara a permissão de executar o serviço de radiodifusão sonora, sem nenhuma motivação, ato ou processo administrativo que justifique os motivos pelos quais não poderia mais executar o serviço anteriormente deferido.

5. Segurança concedida.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 21/05/2013

VOTO

MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA(Relator):

ASSINATURA

MATRÍCULA

Conforme relatado, a impetrante se insurge contra ato do MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, consistente na publicação da Portaria MC 1.372, de 20 de dezembro de 2010, que revogou a Portaria MC 1.253, de 2 de dezembro de 2010.

A impetrante sustenta, em suma, que o ato de revogação se deu sem nenhuma motivação por parte da autoridade coatora, o que contraria os princípios que norteiam a

Superior Tribunal de Justiça

Administração Pública, previstos no art. 37, da Constituição Federal, bem como viola o art. 50 da Lei 9.784/99.

Colho as seguintes informações prestadas pela autoridade coatora (fls. 102/182e):

a) "compulsando-se os autos do processo nº 53000.071953/2006, consta a Portaria nº 1372, de 20 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 21 de dezembro de 2010, na qual o Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações, José Artur Filardi Leite, revogou o ato de outorga. Todavia, não consta do referido ato administrativo o motivo da revogação, bem como não há qualquer ato administrativo anterior embasando a mencionada Portaria de revogação de outorga" (fl. 104e);

b) ao contrário do alegado pela impetrante, o seu processo administrativo foi revogado antes de ser encaminhado à Presidência da República;

c) o Processo Administrativo 53000.071953/2006 necessita de ratificação do Congresso Nacional para sua validade, nos termos do art. 223 da Constituição Federal; e

d) "ainda que tivesse ocorrido o encaminhamento do processo de outorga para a Presidência da República, tal fato não impede a possibilidade de um Ministro de Estado, nos limites de suas atribuições, poder rever seu ato, seja por ilegalidade (anulação), seja por motivo de conveniência e oportunidade (revogação); situações estas que muitas vezes são constatadas ou só ocorrem após o ato de outorga".

Consta dos autos que a autoridade impetrada, por meio da Portaria 1.253, de 2/12/10, resolveu outorgar permissão à impetrante para executar o serviço de radiodifusão sonora, nos seguintes termos (fl. 85e):

Art. 1º Outorgar permissão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DONA BEJA para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Paracatu, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Posteriormente, em 20/12/10, o Sr. Ministro das Comunicações editou a Portaria 1.372 revogando a anterior, nos seguintes termos (fl. 88e):

Art. 1º Revogar a Portaria MC nº 1.253, de 2 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 8 de dezembro de 2010, Seção I,

COM - M. das Comunicações
R. No. 150
Rubrica: 15

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

89
as

ção Federal, bem como daqueles previstos no *caput* do art. 5º, quais os da finalidade, razoabilidade, motivação, segurança que devem ser observados para sua validade.

A Lei 9.784/99 contempla, em seu art. 50, que os atos administrativos, com a indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, são congruentes, nas hipóteses de anulação, revogação, suspensão ou extinção do ato administrativo, nos termos do art. 53, inciso VIII, e § 1º, da Lei 9.784/99) A saber:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE INDEFERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO PARA FREQUÊNCIA EM CURSO SUPERIOR. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO. ADMINISTRATIVO. NULIDADE.

recurso, de forma expressa, para o
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
e suspensão ou de sua convalidação
EM 21/05/2013.
Dutra

SIGNATURA
DE SEGURANÇA
FUNCIONAMENTO DE
MATRÍCULA

3. Segurança parcialmente concedida, para declarar a nulidade do ato administrativo. (MS 9.944/DF, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVÁSKI, Primeira Seção, DJ de 13/6/05).

Documento: 1216950 - Inteiro Teor do Acórdão - Site certificado - DJe: 25/03/2013

Superior Tribunal de Justiça

53000.071953/2006, que se iniciou em 25/8/06, a autoridade impetrada editou em 2/12/10 a Portaria 1.253 outorgando permissão à impetrante de executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Paracatu/MG, condicionada à deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição. Entretanto, alguns dias depois, a referida portaria foi revogada, por meio da Portaria 1.372, sem nenhuma motivação, ato ou processo administrativo que justificasse os motivos pelos quais a impetrante não poderia mais executar o serviço anteriormente deferido.

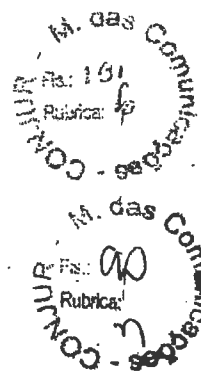
Consoante inteligência da Súmula 473/STF, a Administração, com fundamento no seu poder de autotutela, pode anular seus próprios atos, desde que ilegais. Ocorre que, quando tais atos produzem efeitos na esfera de interesses individuais, mostra-se necessária a prévia instauração de processo administrativo, garantindo-se a ampla defesa e o contraditório, nos termos do art. 5º, LV, da Constituição Federal e 2º da Lei 9.784/99.

Assim, tendo que a ausência de motivação para revogar a permissão anteriormente concedida fere o direito líquido e certo da impetrante, estabelecida na Portaria 1.253 e condicionada à deliberação do Congresso Nacional, de executar o serviço de radiodifusão sonora no Município de Paracatu/MG.

Ante o exposto, concedo a segurança para anular a Portaria 1.372, de 20/12/10, por ausência de motivação. Custas *ex lege*. Sem condenação ao pagamento de honorários advocatícios, nos termos do art. 25 da Lei 12.016/09.

É o voto.

Superior Tribunal de Justiça



CERTIDÃO DE JULGAMENTO PRIMEIRA SEÇÃO

Número Registro: 2011/0084277-4

PROCESSO ELETRÔNICO

MS 16.616 / DF

PAUTA: 13/03/2013

JULGADO: 13/03/2013

Relator

Exmo. Sr. Ministro **ARNALDO ESTEVES LIMA**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro **CASTRO MEIRA**

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. **WALLACE DE OLIVEIRA BASTOS**

Secretária

Bela. **Carolina Vêras**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

21/05/2013
Assinatura
08093423

AUTUAÇÃO

IMPETRANTE : FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DONA BEJA
ADVOGADO : JOSÉ SOUTO JÚNIOR E OUTRO(S)
IMPETRADO : MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES
INTERES. : UNIÃO

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Serviços -
Concessão / Permissão / Autorização

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia PRIMEIRA SEÇÃO, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"A Seção, por unanimidade, concedeu a segurança, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator."

Os Srs. Ministros Humberto Martins, Herman Benjamin, Napoleão Nunes Maia Filho, Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Diva Malerbi (Desembargadora convocada do TRF da 3a. Região) e Ari Pargendler votaram com o Sr. Ministro Relator.

Procedimento em andamento - re
- CGAT 04/04/2013
Manoelito Antonio de Jesus Junior
M. das Comunicações

PUBLICADO NO D.O.U. DE 11/04/13

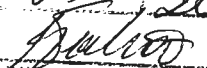
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO

Em 10 de abril de 2013.

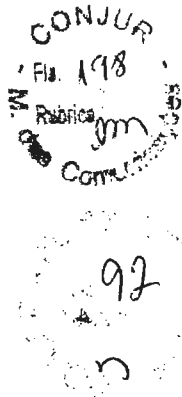
Em cumprimento à decisão judicial prolatada no bojo do Mandado de Segurança nº 16616/DF, por meio da qual se anulou a Portaria nº 1.372, de 20 de dezembro de 2010, invoco seus fundamentos como razão desta decisão e determino o prosseguimento do processo administrativo nº 53000.071953/2006, o qual concluiu pela outorga de permissão do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, à FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DONA BEJA, no Município de Paracatu, Estado de Minas Gerais.


PAULO BERNARDO SILVA
Ministro das Comunicações

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 21/05/2013

ASSINATURA
08093423
MATRÍCULA



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DA CONSULTORIA JURÍDICA



Ofício nº 161/2013/GAB/CONJUR-MC/AGU

Brasília, 11 de abril de 2013.

A Sua Senhoria o Senhor

PAULO HENRIQUE KUHN

Procurador-Geral da União

Procuradoria-Geral da União

SAUS Qd. 03, Lote 5/6 – Ed. Multibrasil Corporate

Ed. Sede da AGU I

Brasília / DF

CEP – 70070-030

SERVIÇO DE REGISTRO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
21/05
Paulo Henrique Kuhn
ASSINATURA
08093423
MATRÍCULA

Assunto: Mandado de Segurança nº 16.616/DF (2011/0084277-4)

Senhor Procurador-Geral da União,

Tendo em vista o cumprimento de sentença por parte dessa Pasta Ministerial proferida no Mandado de Segurança nº 16.616/DF (2011/0084277-4), em trâmite no Superior Tribunal de Justiça, impetrado pela FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURA DONA BEJA em face de ato de competência do Exmo. Ministro de Estado das Comunicações, de modo a se proferir seguimento à análise do processo de outorga da impetrante (Processo nº 53000.071953/2006) encaminhado, em anexo, cópia do processo administrativo nº 53000.021761/2011, para adoção das providências que entender cabíveis.

Atenciosamente,

José Flávio Bianchi
José Flávio Bianchi
Consultor Jurídico

PROCESSO Nº 53000.021761/2011-22
sjl

Esplanada dos Ministérios, Bloco "R" – sala 914 – CEP 70.044-900 – Brasília - DF
Telefones: (61) 311-6048 Fax: (61) 311-6523 email: Bruno.fortes@mc.gov.br



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

NOTA Nº 168/2013/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU

PROCESSO Nº: 53000.071953/2006

ASSUNTO: Cumprimento de determinação judicial emanada pelo Superior Tribunal de Justiça.

Senhor Consultor Jurídico,

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 21.05.2013
ASSINATURA
MATRICULA 08093423

1. Chegou ao conhecimento desta Consultoria Jurídica acórdão exarado pelo E. Superior Tribunal de Justiça, nos autos do Mandado de Segurança nº 16.616/DF, impetrado pela Fundação Educativa e Cultural Dona Beja em face de ato praticado pelo Sr. Ministro de Estado das Comunicações.
2. Por intermédio da NOTA nº 134/2013/RPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU foi reconhecida a imediata força executória da decisão, ao passo que foram os autos encaminhados à Secretaria de Comunicação Eletrônica para imediato cumprimento, no sentido de serem promovidas as medidas necessárias à anulação da Portaria nº 1372/2010, bem como ser conferido o consequente prosseguimento do Processo Administrativo nº 53000.071953/2006, que trata de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos no Município de Paracatu, Estado de Minas Gerais.
3. Ato contínuo, houve publicação no Diário Oficial da União do despacho do Exmo. Sr. Ministro em 11 de abril de 2013, em atendimento ao comando judicial determinando o prosseguimento do Processo Administrativo nº 53000.071953/2006, já que a Portaria nº 1372/2010 que revogava a Portaria nº 1253/2010, foi considerada nula pelo Poder Judiciário.
4. Ocorre que esta Consultoria Jurídica foi comunicada de que o referido processo administrativo objeto do *writ of mandamus*, encontra-se arquivado, sem ter havido alteração em

razão da determinação judicial que ordena o prosseguimento do feito.

5. Face a isto, em estrita obediência à ordem judicial proferida pelo E. Superior Tribunal de Justiça, bem como ao teor do Despacho de 11 de abril de 2013 da lavra do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, sugiro que esta Secretaria promova o imediato desarquivamento do feito, sob pena de configurar-se descumprimento de ordem judicial.

6. Por todo exposto, esta Consultoria Jurídica, órgão de execução da Advocacia-Geral da União, requer o encaminhamento dos autos à Secretaria de Comunicação Eletrônica, para adoção das medidas necessárias à imediata retomada do curso do Processo nº 53000.071953/2006, com a urgência que o caso demanda.

7. Eis a Nota, à consideração.

Brasília, 25 de abril de 2013.


DANIEL PEREIRA DE FRANCO

Advogado da União

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica



DESPACHO Nº 1635/2013/JFB/CGCE/CONJUR-MC/AGU

PROCESSO Nº: 53000.071953/2006


ASSUNTO: Cumprimento de determinação judicial emanada pelo Superior Tribunal de Justiça.

Aprovo a **NOTA Nº 168/2013/DPF/CGCE/CONJUR-MC/AGU**, da lavra do Sr. Advogado da União, Dr. Daniel Pereira de Franco.

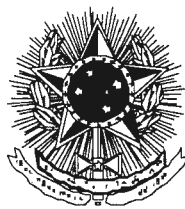
Proceda-se como sugerido e encaminhe-se à Secretaria de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 25 de abril de 2013.

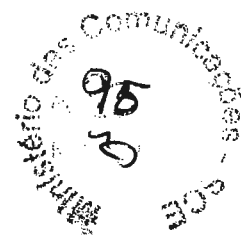

José Flávio Bianchi
Consultor Jurídico

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 21 DE 05 DE 2013

ASSINATURA
08033423
MATRÍCULA

URGENTE



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica



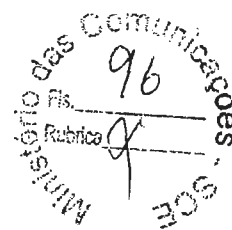
PROCESSO / DOCUMENTO Nº: 53000.071953/2006-12

DESPACHO

De ordem, encaminhe-se ao Departamento de Outorgas de Serviços de Comunicação Eletrônica. *Para providências com a urgência que o caso demanda.*
Em 25/04/2013.

Andiara Alves
ANDIARA ALVES DE SOUSA
Economista

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 21/05/2013
Andiara
ASSINATURA
08093423
MATRÍCULA



Gabinete do Ministro
Assessoria Técnica e Administrativa

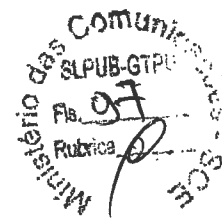
DESPACHO

Ao GTPU - Grupo de Trabalho de Radiodifusão Pública e Ancilares, com especial
Em 02/05/2013, atenção ao item 6 pgs. 93/100.

1. *John G. ...*
 2. *John G. ...*
 3. *John G. ...*
 4. *John G. ...*
 5. *John G. ...*
 6. *John G. ...*
 7. *John G. ...*
 8. *John G. ...*
 9. *John G. ...*
 10. *John G. ...*
 11. *John G. ...*
 12. *John G. ...*
 13. *John G. ...*
 14. *John G. ...*
 15. *John G. ...*
 16. *John G. ...*
 17. *John G. ...*
 18. *John G. ...*
 19. *John G. ...*
 20. *John G. ...*
 21. *John G. ...*
 22. *John G. ...*
 23. *John G. ...*
 24. *John G. ...*
 25. *John G. ...*
 26. *John G. ...*
 27. *John G. ...*
 28. *John G. ...*
 29. *John G. ...*
 30. *John G. ...*
 31. *John G. ...*
 32. *John G. ...*
 33. *John G. ...*
 34. *John G. ...*
 35. *John G. ...*
 36. *John G. ...*
 37. *John G. ...*
 38. *John G. ...*
 39. *John G. ...*
 40. *John G. ...*
 41. *John G. ...*
 42. *John G. ...*
 43. *John G. ...*
 44. *John G. ...*
 45. *John G. ...*
 46. *John G. ...*
 47. *John G. ...*
 48. *John G. ...*
 49. *John G. ...*
 50. *John G. ...*
 51. *John G. ...*
 52. *John G. ...*
 53. *John G. ...*
 54. *John G. ...*
 55. *John G. ...*
 56. *John G. ...*
 57. *John G. ...*
 58. *John G. ...*
 59. *John G. ...*
 60. *John G. ...*
 61. *John G. ...*
 62. *John G. ...*
 63. *John G. ...*
 64. *John G. ...*
 65. *John G. ...*
 66. *John G. ...*
 67. *John G. ...*
 68. *John G. ...*
 69. *John G. ...*
 70. *John G. ...*
 71. *John G. ...*
 72. *John G. ...*
 73. *John G. ...*
 74. *John G. ...*
 75. *John G. ...*
 76. *John G. ...*
 77. *John G. ...*
 78. *John G. ...*
 79. *John G. ...*
 80. *John G. ...*
 81. *John G. ...*
 82. *John G. ...*
 83. *John G. ...*
 84. *John G. ...*
 85. *John G. ...*
 86. *John G. ...*
 87. *John G. ...*
 88. *John G. ...*
 89. *John G. ...*
 90. *John G. ...*
 91. *John G. ...*
 92. *John G. ...*
 93. *John G. ...*
 94. *John G. ...*
 95. *John G. ...*
 96. *John G. ...*
 97. *John G. ...*
 98. *John G. ...*
 99. *John G. ...*
 100. *John G. ...*

Diretora

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 21/05/2013
Assinado
ASSINATURA
08093423
MATRÍCULA

**ANATEL**Agência Nacional
de TelecomunicaçõesSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD » Consultas » Geral | menu ajuda

Tela Inicial

Resultado da Consulta

Consulta Geral FM

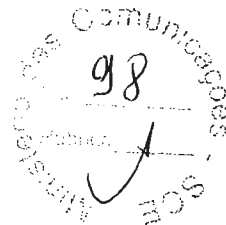
Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação
<u>243</u>	LENE RADIODIFUSAO LTDA	MG	Paracatu	FM	3	M
<u>247 E</u>		MG	Paracatu	FM	0	
<u>252 E</u>		MG	Paracatu	FM	0	

Usuário: - Data: 15/05/2013 Hora: 13:28:18

Registro 1 até 3 de 3 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
EM 21.05.2013
Italiano
MATRÍCULA 08093423



DESPACHO

Assunto: Ratificação de ato de outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Paracatu/MG.

Referência: Processo nº 53000.071953/2006

1. Tendo em vista a publicação do despacho do Senhor Ministro no Diário Oficial da União ocorrida de 11 de abril de 2013, que determinou o prosseguimento do feito, objeto do processo em destaque, em cumprimento à decisão judicial prolatada no bojo do Mandado de Segurança nº 16616/DF, por meio do qual se anulou a Portaria nº 1.352, de 20 de dezembro de 2010, o qual concluiu pela outorga de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, à FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DONA BEJA, no município de Paracatu/MG, de acordo com a Portaria nº 1253, de 2 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 8 de dezembro de 2010, encaminhe-se cópia integral autenticada do processo em referência, acompanhado da correspondente minuta de Exposição de Motivos, ao Gabinete do Senhor Ministro para deliberação, e posterior remessa à Presidência da República para prosseguimento, na forma legal correspondente.

Brasília, 27 de junho de 2013.

ANA PATRÍCIA SERRANO ALÊSCIO CAMPOS
Coordenadora do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Pública e Ancilares

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 722
70044-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 311-6242 - 321-7484 - Fax: (61) 311-6583

Ofício nº 10 /2013/GM-MC

Brasília, 17 de julho de 2013.

Ao Senhor

LUÍS ALBERTO DOS SANTOS

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Palácio do Planalto, 4º andar

70150-900 Brasília-DF

Assunto: **Encaminha anexo(s)**

Senhor Subchefe,

Atendendo à orientação dessa Subchefia e ao que dispõe o Decreto nº 3.714, de 3 de janeiro de 2001, referente à transmissão eletrônica de documentos, encaminho, em anexo, os seguintes processos:

MC 00062 2013

- 53720.000367/2002

MC 00063 2013

- 53000.071953/2006

MC 00065 2013

- 53000.054575/2009 III Vol.

MC 00066 2013

- 53000.017838/2009

MC 00067 2013

- 53000.011852/2010

MC 00068 2013

- 53000.028086/2005

Atenciosamente,


RENATA MORAES CHECCHIO
Coordenadora-Geral